



# REVISTA NECAT

Jan-Jun de 2017  
ISSN 2317-8523



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL  
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE



## ANO 6, NÚMERO 11

Editorial • Economia Compartilhada/ Economia Solidária: Interfaces, Continuidades, descontinuidades • O perfil dos empreendimentos de Economia Solidária em Santa Catarina • As iniciativas de Economia Solidária presentes em Santa Catarina: uma análise da microrregião do Alto Vale do Itajaí • Cultivando saberes: hortas familiares, segurança alimentar e práticas educativas no Planalto Serrano Catarinense • Programas governamentais e manutenção da agricultura familiar: o território rural do Alto Vale do Itajaí.

Realização:



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA



## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	03
<b>ECONOMIA COMPARTILHADA / ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERFACES, CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES</b> Armando De Melo Lisboa.....	08
<b>O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA</b> Bruna Medeiros Edaiane Comonelli.....	33
<b>AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ</b> Cris Palma Anielle Gonçalves de Oliveira Tatiane Aparecida Viega Vargas.....	43
<b>CULTIVANDO SABERES: HORTAS FAMILIARES, SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PLANALTO SERRANO CATARINENSE</b> Amanda Farias Leão Nádia da Silva Natalia Camargo Rodrigues Nicole Orsi Zilma Isabel Peixer.....	60
<b>PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ</b> Andrei Stock Simone Caroline Piontkewicz Valmor Schiochet.....	77

# REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

## Editor

Prof. Lauro Mattei – UFSC

## Comitê Editorial

André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC).

## Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

## Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

**Revista NECAT** – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 6, nº 11, Jan-Jun. Florianópolis, NECAT, 2017.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: [www.necat.ufsc.br/](http://www.necat.ufsc.br/)

E-mail: [necat.ufsc@gmail.com](mailto:necat.ufsc@gmail.com)

## EDITORIAL

### ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

Lauro Mattei<sup>1</sup>

O tema da Economia Solidária (Ecosol), mesmo que presente há tempos no Brasil ganhou maior destaque somente a partir dos primórdios do século XXI quando passou a contar com políticas governamentais específicas e até mesmo uma estrutura de Estado junto ao governo federal. Nessa trajetória prevaleceu a visão da Ecosol enquanto um espaço de construção de um novo modo de produção embasado nos princípios da propriedade coletiva e na produção cooperativa como forma de promover a solidariedade e a igualdade econômica e social<sup>2</sup>.

Esse mesmo ideário é explicitado e reforçado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ressaltando-se ser este movimento uma forma diferente de organizar o processo de produção a partir do trabalho coletivo e autogestionário, com respeito a igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como a diversidade social. O objetivo desse movimento é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assentada na solidariedade, na cooperação humana e no fortalecimento dos movimentos sociais que buscam novas formas de organizações societárias não pautadas pela exploração dos trabalhadores.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Ecosol é definida como uma maneira diferente de produzir e de comercializar bens e serviços a partir de empreendimentos coletivos que rejeitem todas as formas de exploração do homem e promovam a sustentabilidade. Para tanto, alguns princípios são essenciais, destacando-se: a) Cooperação, como forma de promover o trabalho colaborativo e os interesses comuns; b) Autogestão, como forma de promover a participação de todos visando a tomada de decisões coletivas; c) Desenvolvimento de ações econômicas, visando atuar tanto na esfera da produção como da comercialização e do consumo; d) Solidariedade, como maneira de promover o bem-estar de todos por meio de uma distribuição justa dos resultados obtidos.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT e editor desta revista.

<sup>2</sup> O economista Paul Singer foi um dos principais disseminadores desse ideário.

Nesta perspectiva, estão sendo apoiadas e fomentadas diversas atividades econômicas pelo país, tanto no campo como nas cidades. Normalmente são empreendimentos em que os trabalhadores encontram-se organizados coletivamente e das mais variadas formas: associações de produtores; cooperativas de agricultores familiares; cooperativas de crédito; cooperativas de comercialização e consumo; bancos comunitários; associações de recicladores, etc. Visando contribuir com as reflexões sobre essa temática, organizou-se a edição deste novo número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Economia Compartilhada/Economia Solidária: interfaces, continuidades, descontinuidades” e assinado por Armando de Melo Lisboa, discute a temática da economia solidária no âmbito da “Economia Compartilhada”, tema recente e ainda pouco desenvolvido no Brasil que remete ao “paradigma societário informacional”. Segundo o autor, um dos aspectos mais controversos dessa sociedade informacional é a rápida e avassaladora difusão do que está se convencendo chamar de “economia colaborativa” ou “economia compartilhada”.

De um modo geral, a economia solidária identifica modelos que vão além dos simples empreendimentos econômicos, pois buscam novas formas de convivência coletiva geradoras de trabalho e renda a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade. Neste sentido, Lisboa afirma que era de se esperar que o fenômeno da economia compartilhada cruzasse, fertilizasse e potencializasse amplamente o movimento da economia solidária. Todavia, isso não está ocorrendo.

Para o autor, a razão é que a formatação conceitual, ideológica e pragmática da economia solidária brasileira é centrada na identidade desta com a questão da autogestão numa perspectiva anticapitalista guiada pelas relações de proximidade que geram uma solidariedade capaz de maximizar a experiência humana. Já a Economia Compartilhada se estrutura a partir de plataformas sem a existência de ambientes marcados pela proximidade e pela pertença, além de não existir a formação de grupos que mantêm encontros presenciais sequenciais.

O segundo artigo, intitulado “O perfil dos empreendimentos de Economia Solidária em Santa Catarina” e de autoria de Bruna Medeiros e Edaiane Comonelli, sistematiza o perfil dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina no ano de 2013, tomando como base as informações do banco de dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/TEM). Do total de 764 empreendimentos registrados, verificou-se que 432 deles

estavam localizados nas áreas rurais (57%); 192 nas áreas urbanas (25%) e 140 em áreas mistas (18%).

Do ponto de vista geográfico, observou-se que os empreendimentos de economia solidária distribuíam-se da seguinte forma: Região da Grande Florianópolis (7%); Região Norte Catarinense (12%); Região Serrana (7%); Região Sul Catarinense com (12%); Região do Vale do Itajaí com (10%). O restante localiza-se na Região Oeste Catarinense, espaço onde ocorre a maior concentração de empreendimentos de economia solidária.

Para as autoras, a explicação para essa concentração na Região Oeste está relacionada ao trabalho desenvolvido desde 2003 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unochapecó) que é um projeto de extensão universitária que atua como fomentador da economia solidária naquela região.

O terceiro artigo, intitulado “As iniciativas de economia solidária presentes em Santa Catarina: análise da microrregião do Alto Vale do Itajaí” e de autoria de Cris Palma, Anielle Gonçalves de Oliveira e Tatiane Aparecida Viegas Vargas, sistematizou e analisou os empreendimentos de economia solidária na região do Alto Vale do Itajaí, composta por 28 municípios, tendo Rio do Sul como cidade polo. Inicialmente as autoras destacam que moradores, trabalhadores ou produtores desta região se uniram para formar associações e cooperativas visando desenvolver atividades mais solidárias. Desse processo resultaram os chamados Empreendimentos de Economia Solidária.

Com base no Atlas Digital da Economia Solidária (SENAES/MTE), o estudo constatou a existência de 34 empreendimentos de economia solidária distribuídos em 17 municípios da referida região. Em termos domiciliares, verificou-se que a grande maioria dos empreendimentos (85%) situa-se em áreas rurais dos municípios, chamando atenção que em Rio do Sul não há nenhum registro de empreendimentos solidários.

Uma das principais conclusões das autoras foi que a economia solidária ainda é pouco difundida na região do Alto Vale do Itajaí, destacando-se que muitos empreendimentos de economia solidária surgiram a partir da necessidade das próprias pessoas, tanto em termos de renda para suas subsistências ou como complementação do próprio baixo nível de renda. Além disso, destaca-se que o consumo solidário ainda é pouco explorado na região, mesmo diante das potencialidades existentes.

O quarto artigo, intitulado “Cultivando saberes: hortas familiares, segurança alimentar e práticas educativas no Planalto Serrano catarinense” e de autoria de Amanda Farias Leão, Nádia da Silva, Natalia Camargo Rodrigues, Nicole Orsi e Zilma Isabel Peixer, analisa o

processo de implementação de um projeto de Agricultura Urbana no município de Curitiba (SC), cujo objetivo foi a formação de hortas em espaços urbanos. O trabalho, realizado em parceria com organizações da sociedade civil, entidades governamentais e religiosas, começou no bairro São Luiz, tendo sido ampliado no ano de 2016 na APAE/Curitiba. Segundo as autoras, esse projeto pauta-se pelas experiências solidárias articulando práticas e incentivos a realização de hortas nas famílias e ações educativas através de hortas e jardins terapêuticos. Desta forma, o projeto contribui para a produção alimentar familiar, particularmente em termos da educação alimentar e nutricional, bem como propicia espaços de interações comunitárias.

Essa ação de extensão universitária decorre das experiências do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), fundado em 2006 no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no município de Florianópolis (SC). Tal grupo promove ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao conhecimento científico direcionado às populações em condição de vulnerabilidade social. Dentre suas principais ações, desenvolvem-se programas de incentivo à Agricultura Urbana, articulando ações para o desenvolvimento dessa tecnologia social. A partir de 2013 essa proposta de tecnologia social passou a ser replicada no município de Curitiba (SC), por intermédio do Programa de Educação Tutorial-PET/Ciências Rurais.

De um modo geral, as autoras destacam como principal resultado do projeto a contribuição para processos de inclusão social, saúde, qualidade de vida e cidadania, com a consequente valorização do conhecimento, saberes e fazeres na produção alimentar e nas práticas de economia solidária. É nesta direção que as experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana são realizadas.

Por fim, destaca-se que os resultados demonstram a complexidade e a riqueza do trabalho comunitário e a importância da universidade estar inserida na comunidade. As perspectivas abertas com a ampliação do projeto na APAE é um novo momento, promovendo diálogos e reflexões sobre famílias e alimentação saudável como direito humano básico. E pelos caminhos do projeto articulam-se os diálogos e (re) produzem saberes e culturas de trabalhar a terra, de produzir alimentos, de preparar alimentos, configurando a riqueza das Agri-Culturas alimentares.

O quinto artigo, intitulado “Programas governamentais e manutenção da agricultura familiar: o território rural do Alto Vale do Itajaí” e de autoria de Andrei Stock, Simone Caroline Piontkewicz e Valmor Schiochet, analisa as políticas públicas de apoio à agricultura

familiar no referido território. Inicialmente os autores mostram que as políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Além disso, ressaltam que os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes que sejam capazes de viabilizar estes pequenos empreendimentos produtivos e promover fixação do produtor rural no campo, aspectos que contribuem para o desenvolvimento regional.

Segundo os autores, os programas voltados para a agricultura familiar no Território Rural do Alto Vale do Itajaí auxiliam a diminuir o êxodo rural, possibilitando aos agricultores reorganizar-se produtivamente, tendo efeitos estruturantes para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Os arranjos associativos estimulados favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo, contribuindo com o Desenvolvimento Regional. Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, uma vez que a atividade agrícola, por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua. Isto porque, com as mudanças climáticas, tem sido cada vez mais incerto o resultado do esforço dos agricultores e sua garantia de renda para manutenção de seu modo de vida no campo.



A Revista NECAT procura estimular o debate de temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico catarinense, por entender que, enquanto universidade, temos um papel a cumprir junto à sociedade catarinense. Dando continuidade a essa missão, estamos disponibilizando o presente número, cujo foco destaca a temática da Economia Solidária.

## ECONOMIA COMPARTILHADA / ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERFACES, CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES

Armando de Melo Lisboa<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto discute o fenômeno da Economia Compartilhada na sua interface com o conceito de Economia Solidária e as redes de ecosol que a expressam, buscando aproximar estes campos que, apesar de suas coetâneas trajetórias e óbvias afinidades, aparentemente caminham em paralelo com perspectivas assintóticas. Para tal, problematiza os conceitos de autogestão, solidariedade, infocapitalismo e redes cibernéticas.

**Palavras-chave:** Economia Compartilhada; Economia Solidária; Autogestão; Infocapitalismo; Solidariedade.

## SHARING ECONOMY / SOLIDARITY-BASED ECONOMY: INTERFACES, CONTINUITIES, DISCONTINUITIES

**Abstract:** The text discusses the phenomenon of Shared Economy in its interface with the concept of Solidarity-based Economy and the networks of “ecosol” that express it, seeking to approximate these fields that, despite their contemporaneous trajectories and obvious affinities, seem to go hand in hand with asymptotic perspectives. To this end, it problematizes the concepts of self-management, solidarity, infocapitalism and cybernetic networks.

**Keywords:** Shared Economy; Solidarity economy; Self-management; Info-Capitalism; Solidarity.

*“A internet não se restringe a uma nova linguagem. Ela está transformando a lógica e as habilidades cognitivas dos seres humanos, impulsionando-nos a fazer o que sempre tivemos de fazer: compartilhar informações em sinal de reciprocidade”*  
(E. Peborg).

*“Yoko: Naquela época nós falávamos de solidariedade, de aldeia global. Hoje a aldeia global está aqui, estamos todos conectados. Naquela época nós éramos uns 200 solidários, mas agora é todo mundo, com exceção de algumas poucas pessoas. Folha: A internet tem a ver com esta conectividade, ou você se refere a um nível mais espiritual? Yoko: A internet é uma forma física de fazer isto, mas espiritualmente estamos conectados. As pessoas estão tomando consciência de que cada um é parte do mesmo corpo”* (Yoko Ono, entrevista à Folha de São Paulo, 8.11.2007).

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: [amelolisboa@gmail.com](mailto:amelolisboa@gmail.com).

*“É melhor que a propriedade seja privada, mas que o uso seja comum” (Aristóteles).*

## **1 INTRODUÇÃO**

*“Diferentemente da economia da energia, onde o valor depende da escassez, na economia da informação o valor resulta da abundância que permite dar e receber mais” (J. Attali).*

O presente trabalho sintetiza as primeiras percepções de uma investigação em curso sobre o fenômeno da economia compartilhada, em particular em sua expressão brasileira e na sua relação com a economia solidária. Face à economia compartilhada ser um fenômeno recente e ainda não devidamente caracterizado e dimensionado, especialmente aqui no Brasil, e por seu aparente inexpressivo inter-relacionamento com o movimento da economia solidária, é nosso objetivo buscar compreender os desdobramentos socioeconômicos das novas tecnologias informacionais de modo a responder: i) A economia compartilhada desafia os tradicionais modelos de negócios? Em que consiste esta realidade? ii) A economia compartilhada representa uma associação entre mudanças de hábitos de consumo com inovações tecnológicas? É uma nova forma de se relacionar com o consumo? Quais as suas implicações sócio-políticas? iii) Qual a dimensão da economia compartilhada no Brasil? Quais as suas perspectivas? Quais são as novas oportunidades de trabalho que ela aqui gera? Ela já configura um novo campo de inserção na economia? iv) Existem conexões entre a economia solidária e a economia compartilhada? Quais as razões que explicam o distanciamento teórico/operacional entre a economia solidária e a economia compartilhada?

## **2 A ONDA DO COMPARTILHAMENTO**

*“Quanto mais advém uma sociedade de custo marginal próximo a zero, se abre um novo modo de organizar a vida econômica com base na abundância que na escassez” (J. Rifkin).*

*“Não é o que possuímos, mas o que gozamos, que constitui nossa abundância”  
(provérbio árabe).*

*“A ortodoxia sobre os direitos de propriedade intelectual se assenta na ideia falaciosa de que as pessoas não inovam nem produzem novos conhecimentos, a menos que daí resulte ganho*

*peessoa. Contudo, a ganância não é uma realidade fundamental na natureza humana, mas uma tendência dominante nas sociedades que a recompensam” (Vandana Shiva).*

A profecia da era da informação enfim se cumpriu. A acessibilidade ao conhecimento é praticamente universal e absoluta, veloz e próxima do gratuito. Ainda que uma grande parte não tenha condições mínimas de vida e moradia, mais de 80% da população mundial é usuária de telefones celulares e aplicativos móveis<sup>2</sup>. Praticamente metade da população do planeta acessa a internet (e 58% destes, quase dois bilhões, participam do *Facebook*, lançado em 2004). Nunca tantos se comunicaram com tantos, sem intermediários, como hoje. De tão popular, “googlar” (ou “dar um google”) é um neologismo que se tornou vulgar para toda humanidade, e de forma tão rápida que os dicionários ainda estão correndo atrás. A empresa “*Google*” (e a própria palavra homônima), surgida há menos de vinte anos, é hoje a marca mais valiosa do mundo e a maior no setor de serviços. É tal a importância do aparato comunicacional e informacional de que dispomos na organização da vida moderna que é usual afirmar que adentramos, finalmente, na “sociedade da informação”, “sociedade em rede”, ou no paradigma societário “informacional”, conceitos já bem sedimentados e consagrados na literatura<sup>3</sup>. Todavia, se todos dela participamos, nela não estamos todos na mesma condição, pois, como a realidade assimétrica do sistema-mundo permaneceu imutável, há abissais desigualdades nos modos como países e povos geram, se inserem e apropriam da era da informação.

Um dos aspectos mais controversos e desafiantes desta sociedade informacional é a rápida e avassaladora difusão do que está se convencendo chamar de “economia colaborativa” ou “economia compartilhada” (“sharing economy”). Obviamente, isto se deve, em grande parte, a interconectividade fácil e barata propiciada pelos recursos tecnológicos disponíveis, especialmente as novas tecnologias de informação, o que permitiu ultrapassarmos o modo de comunicação unidirecional pela prática interativa de autocomunicação de massa. O compartilhamento por meio das plataformas digitais possibilita melhorias significativas de eficiência na combinação dos fatores de produção, configurando um patamar mais avançado

---

<sup>2</sup> E aquela fração da humanidade que não está conectada, não o está mais por uma questão geracional (pois os jovens em sua praticamente totalidade o estão) do que de acessibilidade material aos recursos tecnológicos.

<sup>3</sup> A referência mais clássica a respeito destes conceitos encontra-se em Castells (2000), o qual celebrou, atualizou e reconceituou a tradicional categoria de “sociedade pós-industrial”. Um amplo e precursor balanço da sociedade da informação no Brasil, resultado do “Programa Sociedade da Informação” produzido sob os auspícios do Ministério da Ciência e Tecnologia, encontra-se em Takahash (2000).

de funcionamento sistêmico, além de impulsionar movimentos sociais em rede e novas formas do político que surfam na ágora eletrônica.

Este tipo de metabolismo irrompe com a própria *Internet* e sua arquitetura, pois esta já na sua gênese em 1989 foi configurada por Tim Berners-Lee com um design de livre acesso ao seu software de navegação, o padrão *www* (World Wide Web), a rede mundial<sup>4</sup>. Isto permitiu a circulação de dados na rede, de modo que qualquer cidadão com computador, de qualquer parte do planeta, tivesse livre acesso ao mundo virtual. A veloz disseminação da internet amplificou exponencialmente o processo de criatividade interativa presente na cibercultura autogerida que concebia estas novas tecnologias.

Para além dos já universalmente consolidados exemplos da *Wikipédia*, a maior enciclopédia da humanidade (criada em 2001); do sistema operacional não-proprietário *GNU/Linux* (aberto à constante melhoria por qualquer usuário com habilidades de programação, o que o torna muito mais robusto); *Open Education Consortium* (OEC), uma rede mundial composta por mais de 200 instituições de ensino superior que oferecem cursos e materiais didáticos grátis pela internet, difundindo educação aberta a distância<sup>5</sup>; *Whatsapp* (surgido em 2009, é o aplicativo de celular mais popular no mundo, com mais de um bilhão de usuários – no Brasil são 100 milhões); programas de *compartilhamento de bicicleta* (presentes em torno de 1000 cidades); e da *autoprodução de energia* em cada prédio, conectada com o sistema elétrico, transformando a casa/escritório numa microusina, outras, e controversas, expressões desta nova economia de compartilhamento, e também de grande visibilidade pois globais, são o *Uber*<sup>6</sup> (nasceu em 2009), *Airbnb* (fundada em 2008 e disponibilizando cerca de 3 milhões de acomodações em mais de 65 mil cidades, é a maior rede de hospedagem global sem ter a propriedade de nenhum quarto) e *Zipcar* (surgida em 2000, pioneira no aluguel de veículos por curtas frações de tempo e por meios digitais). Entre as consequências de grande relevância do uso dos aplicativos de compartilhamento, cabe

---

<sup>4</sup> Berners-Lee, que recusou inúmeras ofertas comerciais, afirmou: “A Web é mais uma criação social do que técnica. Eu a desenhei para obter um efeito social – ajudar as pessoas a trabalharem juntas – e não como um brinquedo eletrônico. O objetivo final da Web é o de dar suporte e aperfeiçoar nossa existência” (apud. Himanen, 2001: 159).

<sup>5</sup> Surgiu em 1999 quando o MIT (Massachusetts Institute of Technology) disponibilizou todo o seu conteúdo em para acesso livre e gratuito. A UFSC é membra.

<sup>6</sup> Disponível em mais de 600 cidades no mundo. No Brasil, “em janeiro de 2016, a empresa estava presente em apenas cinco cidades do país, contava com 10 mil motoristas parceiros e ainda nem havia ultrapassado a marca de um milhão de usuários. Doze meses depois, o Uber opera em mais de 40 cidades brasileiras, já superou a marca de 50 mil motoristas parceiros e registra 8,7 milhões de usuários ativos, que utilizam o serviço oferecido para se locomover”. Disponível em: <<https://goo.gl/uXHPka>>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

realçar o seu forte impacto e profunda reconfiguração tanto na mobilidade urbana quanto sobre o transporte de cargas. Aos poucos a presença da prostituição nas ruas, uma das atividades mais antigas da história, mingua e migra para ambientes virtuais, tornando-se menos dependente de cafetões e gigolôs.

Se no mundo empresarial os arranjos cooperativos entre firmas já eram conhecidos desde Marshall no século XIX, a ultrapassagem do fordismo na segunda metade do séc. XX tornou um mantra repetir que o novo modelo tecnológico-organizacional industrial privilegia os relacionamentos entre “redes de empresas” através de “consórcios”, “distritos” e “aglomerações fabris”. Todavia, a atual irrupção da economia do compartilhamento aprofundou este caráter de intercâmbio e aprendizado coletivo, não mais restrito apenas aos aspectos interempresariais, mas agora acentuando também a dimensão intraempresarial (envolvendo trabalhadores, fornecedores e consumidores), como alavancador de inovação e dinamismo econômico, agregando novos formatos e modalidades.

Assim, quatro tipos de “comunidades colaborativas” tornam-se habituais: “coworking” (espaço de trabalho compartilhado); “crowdsourcing” (literalmente, “terceirização da multidão”: mobilização de uma multidão, em geral *on line*, para obtenção de serviços ou resolver problemas)<sup>7</sup>; “cocriação” (envolvimento de clientes e concorrentes no processo de produção) e “crowdfunding” (“financiamento coletivo”, sem a mediação do sistema financeiro – uma espécie de versão renovada do tradicional, e brasileiro, “consórcio”, surgido há mais de sessenta anos). A conjugação destes vetores gera uma nova economia fundada nas redes de colaboração em massa que pode ser adequadamente conceituada como “wikinomia” (de “wiki”, “rápido” em havaiano, radical que se tornou comum para designar aplicativos, websites e o modus operandi de trabalhar em equipe do mundo virtual).

Trata-se dum fenômeno que não está restrito ao mundo empresarial mas encontra-se cada vez mais difundido em inúmeras dimensões da vida pessoal e cotidiana, pois também se compartilham espaços verdes, espaços de escritório, ferramentas e utensílios domésticos, garagens, música, vídeos, livros, hospedagem, finanças, e, especialmente, namoros e relacionamentos afetivos. No meio de infinitos exemplos, seja de “bancos de tempo”<sup>8</sup> ou de aplicativos de caronas, alguns fascinantes e de sucesso absoluto e universal – como o

---

<sup>7</sup> O exército de 1,4 milhão de revendedoras da Natura, a maior empresa de cosméticos brasileira, é um exemplo pioneiro (desde 1974), e nacional, desta “nova” prática. A tecnologia moderna permite capitalizar, de forma exponencial, a “profunda natureza social da espécie humana”, esclarece Jeff Howe (2009, p. 12), criador do conceito em 2005.

<sup>8</sup> Entre tantos, saliento o “Banco do Tempo Florianópolis”: <[www.facebook.com/groups/837082279745501/](http://www.facebook.com/groups/837082279745501/)>.

YouTube<sup>9</sup> – vale destacar quatro casos: a) “*Tem açúcar?*”<sup>10</sup>, onde vizinhos emprestam coisas uns aos outros; b) “*Quintal de Trocas*”<sup>11</sup>, que promove a troca de brinquedos, jogos, roupas, livros e fantasias entre crianças; c) “*Armário coletivo*”<sup>12</sup>, que permite o descarte consciente e o reuso de roupas e objetos; d) “*Nem Só de Pão*”<sup>13</sup>, que facilita a doação, circulação e leitura de livros em padarias e cafés. Todos os bens que podem ser adquiridos nestes exemplos destacados são gratuitos.

Feiras de troca, brechós, hortas comunitárias, uso do espaço público como escolas e salas de aula, compartilhamento de produtos de toda a sorte e intercâmbio de serviços – tudo isso sempre existiu! Mas nunca na escala atual e com a dimensão econômica, social e política que ora surgem em torno destes aplicativos. Parece haver uma vontade de mudar o rumo das coisas, que tem a ver com as relações entre excessos e escassez, associadas a um aumento da postura crítica das pessoas e busca de um consumo e modo de vida com maior responsabilidade.

As implicações antropológicas também parecem profundas, pois saímos de um individualismo autista radical e adentramos em uma era em que grande parte das condições materiais e imateriais de que necessitamos advém de relacionamentos interpessoais e institucionais onde a confiança é central e decisiva. Também não é inócuo, mas prenhe de significados e de dramáticas consequências, que a tecnologia central de nossa época, a de comunicação, envolva o elemento central da espécie humana, a comunicação<sup>14</sup>.

Esta emergência colaborativa tem uma clara dimensão geracional, pois os mais jovens – a Geração Net –, com mais facilidade no uso de novas tecnologias, mas com menos recursos financeiros, estão mais propensos a abraçar a economia do compartilhamento em comparação

---

<sup>9</sup> Surgido em 2005, seus usuários atingiram no final de 2016 a marca de um bilhão de horas diárias assistindo vídeos disponibilizados no site: <[www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1862377-usuarios-passam-1-bilhao-de-horas-por-dia-no-youtube-diz-jornal.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1862377-usuarios-passam-1-bilhao-de-horas-por-dia-no-youtube-diz-jornal.shtml)>.

<sup>10</sup> Cf. <[www.temacucar.com/](http://www.temacucar.com/)>.

<sup>11</sup> Cf. <[www.quintaldetrocas.com.br/](http://www.quintaldetrocas.com.br/)>.

<sup>12</sup> Cf. <[www.primaveragarden.com.br/armario-coletivo-uma-iniciativa-em-favor-do-descarte-responsavel/](http://www.primaveragarden.com.br/armario-coletivo-uma-iniciativa-em-favor-do-descarte-responsavel/)>; <[g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/moradora-de-florianopolis-cria-armario-coletivo-para-doacao-de-roupas.html](http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/moradora-de-florianopolis-cria-armario-coletivo-para-doacao-de-roupas.html)> e <[www.youtube.com/watch?v=caHkZGkYYSg](http://www.youtube.com/watch?v=caHkZGkYYSg)>.

<sup>13</sup> Cf. <<http://www.grandejornal.com.br/nem-so-de-pao-incentiva-literatura-em-imbituba/>>.

<sup>14</sup> Reproduzindo a antiga polaridade maniqueísta em torno da tecnologia entre tecnófobos e tecnofetichistas, desde os seus primórdios o debate sobre o ciberespaço dividiu-se entre *apocalípticos*, que acentuavam as ameaças catastróficas nele contidas, e *apologéticos*, que se deslumbravam diante do nascimento de um novo e democrático mundo (polaridade construída no GrupCiber, núcleo de pesquisa do Laboratório de Antropologia Social da UFSC – Rifiotis et al., 2010). Paul Virilio (1999) e Pierre Lévy (1996) personificam estas antípodas posições. Após mais de duas décadas de internet, constata-se que a realidade resultante conjugou elementos céticos com otimistas. Nem céu, nem inferno. Permanecemos encarnados na ambígua e indefinível condição humana.

com outros grupos de idade, indicando preferirem “facilidade” e “experiência” do que a “propriedade” de recursos.

Em uma pesquisa do Zipcar, conduzida nos Estados Unidos em 2011, as pessoas de 18 a 34 anos indicaram a maior preferência, 70%, para a utilização de modais alternativos de transporte ao carro de propriedade individual, incluindo transporte público, partilha de automóveis e o *carpooling*. Na Europa, muitos fabricantes de automóveis alemães estão se concentrando na tendência do *carsharing*, na esperança de revitalizar a fórmula antiga e aumentar vendas, com foco especialmente nos clientes jovens<sup>15</sup>.

A transformação do consumo da posse para o acesso faz parte das transformações contemporâneas no mundo do consumo. Um novo sistema de valores? Haveria aqui uma convergência com o fenômeno das trocas dos valores materialistas para os pós-materialistas em curso nas sociedades mais abastadas identificado e discutido já há algumas décadas?<sup>16</sup> Ainda é cedo para afirmar que estamos passando de uma sociedade de consumo para uma sociedade colaborativa, mas o advento da onda do compartilhar avivou a controvérsia sobre a possível superação da compulsão de possuir.

É tal a presença do compartilhamento de bens e serviços nas práticas cotidianas que se pode conjecturar se tratar de uma dimensão não apenas pujante no mundo dos negócios, mas também cada vez mais incorporada na cultura e nos hábitos da vida normal dos cidadãos. A internet e o mundo digital transcendem em muito ser apenas uma plataforma econômica, representando cada vez mais um ambiente que, por sua “natural” conectividade, além de também alavancar novas práticas políticas fíncadas nas terras comuns advindas da “ágora virtual”, configura de uma espécie de nova linguagem e um outro sistema cognitivo, e isto não se questiona. Todavia, outros mais entusiastas encontram nela uma nova forma de consciência e percepção da vida<sup>17</sup>. Há gerações filósofos sonham com uma tecnologia demiúrgica. No início do século XX

Teilhard de Chardin, e mais tarde McLuhan, pressentiu que a humanidade, através da tecnologia e das redes de comunicação, objetivava um organismo ultra-humano, uma só consciência que une a todos, um sistema nervoso planetário (PARENTE, 1993, p. 18).

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2013/10/15/12637/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

<sup>16</sup> Cf. Inglehart (1977); Lipovetsky (2007); Rifkin (2001).

<sup>17</sup> Antes mesmo da internet dar seus primeiros passos, mas já profetizando-a, McLuhan afirmou em 1964 numa entrevista: “Essa previsão de uma consciência global induzida eletronicamente não é mais mística do que tecnológica? McLuhan: Sim ...Misticismo é apenas a ciência do amanhã sonhada hoje” (apud BARBROOK, 2009, p. 112).

Em verdade, esta visão exposta acima é problemática, pois incide numa ideologia fetichica que, fascinada pela tecnologia, percebe-a salvificamente, ou seja, como motor da história, como se mudanças tecnológicas causassem revoluções sociais. É comum, diante da internet, se deslumbrar com a mesma, mistificá-la e vê-la como redentora da humanidade. A técnica não é um fator autônomo, esclarece Vieira Pinto (2005). A história é uma luta dos homens, e não das armas. A relação entre a ferramenta e o homem não é linear, muito menos unidirecional: “a mesma casa que edificamos é a casa que nos edifica”<sup>18</sup>. Um perspectivismo pós-dualista permite superar os reducionismos maniqueístas do estruturalismo e do subjetivismo que por muito tempo nos cegaram. Fazemos as ferramentas, e estas nos fazem, mas são as escolhas humanas, provindas dos nossos desejos e emoções, o elemento decisivo. Somos arquitetos do nosso próprio destino, não estamos presos passivamente à teia da vida, processo permanente de autocriação da natureza, e dela não somos exceção, mas ativos partícipes. O devir humano é uma constante morfogênese: “desenhamos nosso mundo, e ao fazê-lo, nosso mundo nos desenha”. Ou seja: “o desenho, desenha” (ESCOBAR, 2016, p. 27).

Não são poucos os que antevêm, visionariamente, as possibilidades pós-capitalistas destas emergências. Já em 2000 em “Império”, Hardt e Negri classicamente afirmaram que as atividades imateriais potencializam aspectos cooperativos e emancipatórios na sociabilidade humana. Se uns veem aspectos comunísticos, outros, também otimistas, mas invertendo o sinal, vislumbram os capitalísticos, ou seja, que a natureza das economias compartilhadas engendra não o socialismo, mas o seu contrário: livre iniciativa, mercado eletrônico, empresas ponto com. Para estes, “contribuir com espaços comuns não é altruísmo”, mas a melhor maneira de acelerar a inovação, construir sistemas empresariais dinâmicos e mais eficientes, “obter ganhos para todos” (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007, p. 39). A Wired, principal revista da cibercultura (inaugurada em 1993) com uma editoração gráfica imitadora da estética psicodélica, identificou na internet “a liberdade dos indivíduos dentro do mercado. (...) Longe de transcender o mercado, a internet era sua apoteose” (BARBROOK, 2009, p. 351; 353).

Por outro lado, também abundam os que criticam “o mito da panaceia tecnológica” e o fenômeno da “economia compartilhada”, especialmente quando encarnado pelo Uber, o qual seria apenas um agressivo aplicativo empresarial que visa maximizar lucros. O fato é que, crescentemente, a criação compartilhada de valor é o cerne do metabolismo econômico

---

<sup>18</sup> Ditado grego clássico, citado por Harvey (2004, p. 210).

contemporâneo, conforme vislumbraram Kelly (1999), Gorz (2005), Benkler (2009) e Porter e Kramer (2011). Como valor é gerado num processo de cocriação, advém uma nova economia possuída da dinâmica das “vantagens colaborativas”, de modo que a difusão dos bens possibilita gerar e capturar o valor que circula nas redes. Não resta dúvida de que as culturas de compartilhamento e remixagem estão no âmago da criatividade da era digital.

De qualquer modo, é inegável que as dinâmicas inovadoras e controversas das novas configurações da emergente “sociedade da informação” em que vivemos estão grávidas de elementos disruptivos cujos efeitos de longo prazo não são totalmente discerníveis, pois, ambigualmente, tanto trazem aparentemente aspectos salutareos e democratizantes que parecem ampliar as liberdades e as possibilidades do desenvolvimento humano (a ágora digital); quanto também carregam, elementos sombrios de controle arbitrário e extração espoliativa de riqueza e valor (o panóptico virtual).

Todavia, as possibilidades de que o capitalismo predatório e extrativo, reproduzidor incessante da “tragédia dos comuns”, esteja sendo superado por uma era em que a confiança e o mutualismo sejam, de forma decisiva, enriquecedores, e não apenas no plano moral, progressivamente são vislumbradas no metabolismo econômico que se descortina. Isto porque ele está cada vez mais imerso na cooperação do manejo dos bens comuns, que ressurgem especialmente no mundo digital (visível na consolidada arquitetura da internet fundada na livre difusão de seu programa servidor por Berners-Lee; e no movimento do *Copyleft*) e ainda subsistem no mundo natural (ver o caso das regulamentações para o enfrentamento das mudanças climáticas), configurando uma “vitória dos comuns”, como demonstram os mais antípodos analistas<sup>19</sup>.

Nascida com uma estrutura aberta e gratuita, e desenvolvida colaborativamente, a internet é o espaço da liberdade por excelência. Mais do que dispositivos tecnológicos, estamos diante de uma cultura material moldada num determinado padrão, a liberdade<sup>20</sup>. O ciberativismo, as redes sociais e blogues multiplicam vozes cada vez mais livres que na net se espalham, impedindo que alguma hierarquia ou corporação possa controlá-la, a ponto de

---

<sup>19</sup> Axelrod (2006); Bowles (2016); Castells (2015); Fukuyama (1996); Hardt e Negri (2016); Kelly (1999); Ostrom (2003); Rifkin (2010); Sen (2011); Sennett (2012); Unger (2010).

<sup>20</sup> Como é sabido, a tecnologia da internet emergiu da interseção entre a contracultura hippie, que ainda se fazia presente nos anos 1970, com a experimentação tecnológica vigente nos câmpus universitários norte-americanos e que construiu o Vale do Silício. Os ideais do amor livre e do compartilhamento das coisas encontraram eco e vingaram na rebelde e juvenil cultura hacker e nas primeiras comunidades virtuais, fontes de valores que moldaram o novo mundo informacional.

Kevin Kelly caracterizá-la como a “maior anarquia operacional em todo o mundo”<sup>21</sup>. Caso arquetípico da cultura de liberdade que vige na internet é a organização *WikiLeaks*, que publica informações confidenciais de governos e empresas advindas de fontes anônimas, mas de interesse público, e que protagonizou episódio que afetou a política mundial ao fazer a maior revelação de mensagens diplomáticas e militares norte-americanas da história<sup>22</sup>. A internet oportuniza que os contrapoderes dos cidadãos se fortaleçam diante dos seus representantes políticos e dos poderes estabelecidos, arremata Castells (2013; 2015). “Juntos podemos”, é a mensagem.

Mais. A economia do compartilhamento pelas redes demonstra exaustivamente que as vantagens da cooperação não estão restritas aos *commons* e ao imaterial. Mesmo bens físicos e rivais, aqueles em que o seu usufruto reduz ou exclui a sua disponibilidade para terceiros, não se comportam como “rivais” se transcendermos o *modus proprietário* de usufruí-lo e passarmos a compartilhá-los. E isto é absolutamente transcendental em termos microeconômicos e societários, pois a escassez – e o Outro – deixa de ser um aguilhão a nos atemorizar e cegar. Os novos modelos de negócios de compartilhamento estão, literalmente, a revolucionar, em particular, o core da microeconomia, a empresa.

E também a macroeconomia. A revolução informacional inaugura um mundo cada vez mais modular, baseada em avanços moleculares, que não se difunde mais hierarquicamente a partir de um centro, de grandes investimentos produtivos, como pedras jogadas n’água, mas assemelha-se a um pluriverso policêntrico onde a dinâmica da água depende da potência das incontáveis gotas de chuva formando incontáveis ondulações, ou seja, da qualidade de cada usuário em saber usar as novas tecnologias, interagindo e formando criativas redes. A inteligência socialmente distribuída é hoje o fator mais decisivo para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Se investimento há que ser feito, é em educação massiva e de qualidade, do pré-primário aos níveis superiores.

A corrosão paulatina do conceito de propriedade, que até a pouco era considerado um esteio inviolável da sociedade capitalista, dá-se no bojo de um processo que, superando a ideia de que “sem propriedade não há inovação”, consagra como superior e mais inteligente a

---

<sup>21</sup> Apud PEBORGH, 2013, p. 105.

<sup>22</sup> Seu fundador e principal porta-voz, Julian Assange, está desde 2012 refugiado na Embaixada do Equador em Londres. Os ataques para controlar a internet livre por parte dos Estados e corporações são incansáveis e ferozes, mas a insurreição generalizada da multidão que luta por seu “direito de comunicar qualquer coisa, a qualquer tempo, a qualquer um, como o sinal mais típico da humanidade livre” (CASTELLS, 2015, p. 31) continua a desafiar os poderes e instituições da ordem obsoleta de um mundo de monopólios e de baixa eficiência, e a construir autonomamente a abundância nas terras comuns das redes de comunicação.

dinâmica colaborativa, pois esta não apenas permite um melhor uso dos recursos já existentes (muitas vezes subutilizados), como revela-se mais produtiva e eficaz<sup>23</sup>. A resultante é que, no mínimo, com o acesso compartilhado, em detrimento da propriedade pura e simples, o capitalismo está a se reinventar, como infocapitalismo (capitalismo ponto com), em direção a um novo paradigma de criação/apropriação de riqueza e valor. Entre tantos que já o avistam, vale mencionar Abramovay, Mason, Boutang e Marjorie Kelly, todos vinculados a tradições diferenciadas e até opostas. A etapa do confronto, em torno do cercamento das novas terras comuns, aos poucos vai ficando para trás, pois o mundo dos bens comuns se impõe por ser condição de possibilidade de um capitalismo muito mais dinâmico, esclarece Barbrook.

Nem tudo é idílico. Novas tecnologias abrem novos horizontes, novos dilemas. Apesar do seu potencial democrático e como vetor de riqueza compartilhada (grávida de baixos custos de transação, são menores as barreiras de inserção autônoma nos mercados), também se impõem como resultantes: um maior grau de fragilização pessoal/familiar pela dificuldade de acessar os sistemas de seguridade social, em geral formatados para a proteção do assalariado<sup>24</sup>; sobrecarga sensorial<sup>25</sup>; espionagem e invasão de privacidade, há muito desaparecida<sup>26</sup>; rápida formação de fortunas desmesuradas, estabelecimento de monopólios e ampliação das desigualdades<sup>27</sup>. Está em curso um rearranjo de colossais proporções na organização econômica e política como um todo, agudizando tensões que transcendem

---

<sup>23</sup> Compartilhar conhecimento, âmago da filosofia do movimento do compartilhamento, tem o “potencial de acelerar dramaticamente a taxa de descobertas no campo da ciência” (PEBORGH, 2013, p. 108). Aos poucos, restrições de propriedade intelectual vão ficando anacrônicas, a ponto de se vislumbrar o fim das mesmas. A Tesla, empresa situada no Vale do Silício e mais conhecida por fabricar veículos elétricos, liberou em 2014 a propriedade intelectual de seus produtos para estimular o desenvolvimento de carros elétricos. Outras empresas vêm seguindo este caminho. Seu principal proprietário, Elon Musk, então afirmou: “A liderança tecnológica não é definida por patentes e a história mostrou repetidamente que elas oferecem pouca proteção contra competidores. Na verdade, é sobre a habilidade de uma companhia de atrair e motivar os engenheiros mais talentosos do mundo. Acreditamos que ao aplicar a filosofia *open source* para nossas patentes, vamos reforçar em vez de diminuir a posição da Tesla nesse sentido”. Recentemente, ela se tornou a mais valiosa empresa de veículos de todo mundo.

<sup>24</sup> Algumas novidades econômicas agudizam a precarização dos trabalhadores, fazendo surgir o cognitariado, a face invisível da classe criativa. Sendo tudo tão recente, estão em aberto e em construção os aspectos regulatórios, gerando uma espécie de vácuo legal que torna ainda mais fragilizada a situação de muitos que se inserem nestas plataformas. O aperfeiçoamento das novas relações de produção – horizontais, descentralizadas e híbridas (fundem o público com o privado) – tornando-as compatíveis com os novos e imensos potenciais produtivos, é possível e é a tarefa mais urgente.

<sup>25</sup> Nicholas Carr (2011) proporciona um excelente ensaio sobre o impacto advindo da internet sobre nossas capacidades cognitivas e éticas. Do mesmo modo, Han (2015) demonstra como o desempenho excessivo exigido de cada um como “empresário de si mesmo” está gerando não apenas uma acentuada autoexploração, mas também um cansaço profundo e graves patologias neuronais.

<sup>26</sup> O caso Edward Snowden é revelador das ameaças às liberdades advindo do extremo monitoramento e vigilância possibilitado pelas novas tecnologias informacionais a que estamos todos submetidos.

<sup>27</sup> Como demonstrado na já clássica obra de Piketty (2014).

disputas entre os poderes estabelecidos e os contrapoderes das redes digitais emergentes, pois nestas gigantes também já estabeleceram, e cujo desenlace poderá reprimir os benefícios que a cultura humana obteria destas dinâmicas colaborativas. A bem da verdade, estamos ainda numa etapa inicial de uma incógnita e profunda transição, aprendendo a desenhar as novas formas deste novo mundo conectado.

No âmago das controvérsias (e cegueiras) ideológicas e ontológicas em jogo, aflora uma grande polêmica conceitual para a compreensão deste fenômeno. As inúmeras categorias surgidas para enquadrar e explicar esta explosão de novos modelos de negócios dificulta a própria compreensão do mesmo: “wikinomia”; “P2P” (economia par-a-par); “híbrida”; “compartilhada”; “colaborativa”; “Peers Inc.”; “mesh”; “criativa”; “dádiva”; “social”; “capitalismo cognitivo”; “infocapitalismo”, são alguns dos novos rótulos que retratam estas novas realidades. São muitas vezes utilizados como sinônimos, como se tivessem o mesmo sentido, o que nem sempre é verdadeiro. Como ensina a semiótica, não se trata duma disputa pueril, pois na sociedade informacional o *divide et impera* converte-se cada vez mais em “define e te apoderarás” (LORDE, 1988, p. 92).

### 3 A (DIFÍCIL) INTERFACE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

*"Seria genial se houvesse uma operação cerebral para tornar todo mundo idealista, militante e honesto. Infelizmente não a inventaram ainda"* (Paul Singer).

Vale destacar que este fervilhar conceitual não apenas não faz nenhuma conexão com o conceito/movimento da “economia solidária”, como também, aparentemente, o eclipsou e invisibilizou ainda mais, e até o reconfigurou. Na arguta avaliação de Zanatta, a universidade brasileira, que produziu um fascinante conjunto de estudos sobre “economia solidária” e “cooperativismo” no passado, parece ignorar o mundo da tecnologia e as disputas sobre o significado das “economias do compartilhamento”<sup>28</sup>.

Apesar de estarmos “assistindo à ascensão espontânea de produção cooperativa” (MASON, 2017, p. 17), mediadas pelas redes computacionais, há um profundo descaso por parte do movimento da economia solidária para com este fenômeno, e vice-versa. Como é sabido, o que comumente se denomina de economia solidária identifica modelos que vão além de simples empreendimentos econômicos, pois buscam novas formas de convivência coletiva geradoras de trabalho e renda a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas

<sup>28</sup> Cf. <<http://outraspalavras.net/posts/para-subverter-o-capitalismo-de-compartilhamento/>>.

na solidariedade e na equidade<sup>29</sup>. Portanto, em face de evidentes afinidades, era de se esperar que o fenômeno da economia compartilhada cruzasse, fertilizasse e potencializasse ampla e significativamente o movimento da economia solidária. Todavia, isto não tem ocorrido.

Em verdade, a reflexão e as redes da economia solidária (*ecosol*)<sup>30</sup> não se abriram para esta dimensão das plataformas colaborativas entre pares, pelo contrário, mesmo com as óbvias implicações solidarísticas destas, e das advertências de alguns dos seus interlocutores para que a *ecosol* a incorporasse e não ficasse acantonada no gueto da economia popular autogestionária. O que impede a interconexão da *ecosol* com os fantásticos potenciais solidarísticos da P2P decorre de um bloqueio conceitual e ideológico que torna a *ecosol* autista e indiferente aos mesmos.

A formatação conceitual, ideológica e pragmática (política pública) da *ecosol* brasileira (e latino-americana) advinda da SENAES/FBES<sup>31</sup> é centrada na identidade entre *ecosol* e autogestão em uma perspectiva anticapitalista. A autogestão existe quando há interação direta dentro de um coletivo suprafamiliar composto por três ou mais trabalhadores, os quais, participativamente, determinam e conduzem a empresa da qual são coproprietários<sup>32</sup>. Pressupõe-se a existência de um ambiente de sociabilidade assembleístico, profundamente democrático e presencial, dotado de uma clara identidade organizacional. Aqui se exige relações de proximidade face-a-face, gerando uma “solidariedade de proximidade” que maximiza a experiência humana.

---

<sup>29</sup> Em geral a economia solidária confunde-se tanto com as iniciativas de pessoas pobres e/ou excluídas que se associam para se reinserir economicamente, que é usual também denomina-la como “*economia popular solidária*”. Um panorama amplo e recente sobre a economia solidária no mundo encontra-se em Utting (2015). Em Coraggio (2016) faz-se um balanço latino-americano, sob o amplo olhar dos movimentos sociais na região.

<sup>30</sup> Vamos usar a forma abreviada “*ecosol*” apenas para identificar o movimento da economia solidária tal como ele se organiza e apresenta, incluindo a reflexão que nasce a partir do mesmo. Já a expressão “*economia solidária*”, utilizaremos para denominar a ideia abstrata da solidariedade econômica. Como veremos, esta distinção ajudará a elucidar e avaliar o lugar da *ecosol* dentro da economia solidária.

<sup>31</sup> Em 2003 surgem no Brasil simultânea e conjugadamente tanto o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) quanto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e dirigido até o seu encerramento em 2016 (já no governo Temer) pelo prof. Paul Singer. Enquanto a SENAES tinha por missão institucional formular e coordenar a política pública federal relativa à *ecosol*, o FBES congrega politicamente todas as organizações sociais que se identificam com este campo, desdobrando-se em mais de uma centena de Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo mais de mil empreendimentos, além de centenas de entidades de assessoria, governos estaduais e municipais.

<sup>32</sup> Isto exclui automaticamente os artesãos (inclusive os cibernéticos), artistas e trabalhadores que se inserem autonomamente no processo produtivo, ou seja, o setor que mais cresce no mundo do trabalho. Ainda que possam ser pessoas que atuem politicamente conforme princípios democráticos e ecológicos, e inclusive até compartilhar solidaria e politicamente parte de sua renda com sua comunidade, por agirem solo e não fazerem parte de uma mutualidade eles não são considerados, pela ótica predominante na *ecosol*, como parte do campo da *ecosol*.

Ora, a economia compartilhada se estrutura em “plataformas”, isto é, em ambientes tecnológicos que, ainda que possam ser interativos, são dotados de formas de inteligência artificial, algorítmica, conectando pessoas e organizações, especialmente uma pessoa com o sistema técnico, ou mesmo à outra pessoa, formando redes que comumente transcendem o âmbito interno de uma única empresa. Não há nelas, necessariamente, um ambiente marcado pela proximidade e forte pertença e comunhão (ou mesmo rancores, ressentimentos e amarguras tão comuns, infelizmente, na convivência), muito menos se exige que seus grupos se materializem espacialmente através de encontros presenciais e em tempo real.

As plataformas estabelecem modelos de negócios que intermediam as capacidades excedentes de bens e serviços que pessoas e pequenas empresas, de forma distribuída (não concentrada espacialmente) – inclusive fora do âmbito de sua organização – oferecem para pessoas que procuram por aqueles bens e serviços. Como não se exige lealdade, pode-se interagir simultaneamente com várias plataformas, e eleger a que oferece a melhor remuneração, mitigando o poder de agressividade daquela que for dominante. Havendo várias opções de geração de renda, a eventual perda de uma destas fontes não deixa as pessoas tão vulneráveis como ocorre quando subitamente se fica desempregado. O indivíduo interligado possui múltiplas personalidades, inclusive econômicas.

Em muitos casos os compartilhamentos prescindem da relação pessoa-a-pessoa, como nos casos do “Armário Coletivo” e “Nem só de pão” já exemplificados. Todavia, participar deles não decorre de um comportamento maquínico desprovido de humanidade, mas indica elevado senso de responsabilidade ética e compromisso social. E aqui não há nenhum paradoxo, anomalia ou incompletude moral. O fato de não haver relações interpessoais diretas não apequena nem faz um gesto ser indiferente e demeritório ao âmbito solidário. Pelo contrário. Em verdade, o âmago da genuína solidariedade está na ação moral desinteressada, e esta é necessariamente solitária: não se expressa em praça pública, nem exige a aprovação externa, o que tornaria o ato interessado. “A via da ação moral é solitária, e nós a tomamos porque a felicidade dos outros faz a nossa, e não porque ela aumenta nossa celebridade”, adverte Todorov (2002, p. 232). Já os atos políticos se expõem no espaço público e são julgados “por seus resultados, não pelas motivações de seus agentes”, esclarece ainda Todorov<sup>33</sup>.

O mundo cibernético permite, impulsiona e difunde a atitude “faça-você-mesm@”, potencializando que indivíduos isolados se intercomunicando em massa e autonomamente

---

<sup>33</sup> Ibid.

tornem-se uma nova e poderosa força econômico-política. Ator emblemático do mesmo, os hackers, considerados por Gorz (2005, p. 63) como os novos “dissidentes do capitalismo digital”, são portadores da ética libertária<sup>34</sup> de esforço coletivo e investigação aberta que combina paixão com liberdade. A cultura hacker, ao gerar o “espírito do informacionalismo” (Castells), criou a mentalidade da era atual. Eles

não se portam como classe. Em certo sentido, atuam como uma multidão conectada, mas suas qualidades partem do individualismo. Um individualismo colaborativo e solidário (SILVEIRA, 2012, p. 290).

Marcado por uma forte individuação<sup>35</sup> e pela minimização do elemento humano (“custo emocional baixo”), a clara simbiose com máquinas (especialmente o smartphone inventado há apenas uma década), potencializando exponencialmente as capacidades humanas, levou Edgar Morin (2013, p. 208) a vislumbrar que “a internet assemelha-se a um gigantesco sistema neurocerebral que combina máquinas e seres humanos”.

Os algoritmos que gerenciam as redes levam a formação de bolhas: ao filtrarem as notícias que seus membros recebem, de modo a receber mais daquilo que confirma suas crenças e gostos, incute-se no cidadão a impressão de que todos pensam como ele, evitando o confronto com opiniões outras. A cultura do individualismo conectado e das redes sociais *on line* gera uma sociedade “Eu-centrada” muito próxima do autismo eletrônico onde a sociabilidade é reconstruída seletivamente, formando redes ego-centradas que são formas de encapsulamentos homogêneos e dogmáticos, pois apenas se interage com quem comunga de seus valores e projetos. Face aos frágeis e voláteis vínculos, o tipo de “comunidade virtual” aqui gerado, onde é fácil entrar e fácil sair, assemelha-se a uma “comunhão de singularidades pintada numa natureza-morta holandesa” (HAN, 2015, p. 75)<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Sua ética da rede “é definida pelos valores da atividade e do cuidar. Atividade, nesse contexto, envolve a completa liberdade de expressão em ação, privacidade para proteger a criação de um estilo de vida individual, e desprezo pela passividade frente à procura pela paixão individual. Cuidar significa aqui a preocupação com o próximo como um fim em si mesmo” (HIMANEN, 2001, p. 126).

<sup>35</sup> Para Castells (2013, p. 169), a emergência das redes sociais gera “um novo conjunto de valores definidos como individuação e autonomia [...]. Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento. Individuação não é individualismo, pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns”. Um exemplo arquetípico é o de Linus Torvalds, que com 22 anos, em 1991, criou o Linux (principal sistema operacional rodando nos computadores de todo mundo, com código fonte aberto), cujo nome é uma variante pouco humilde do seu próprio.

<sup>36</sup> O atual sentido de “comunidade” no mundo dos negócios, e não só, talvez seja captado por esta sentença de Akerlof e Shiller (2016, p. 149), prêmios nobéis de economia: “Não exigimos uma ‘comunidade absoluta’ conforme o socialismo, visto que isso age contra o incentivo da ação econômica. Diríamos que deve haver uma comunidade moral, e, dentro dela, um livre mercado de ação individual”.

A Wikipédia e o Linux – ícones máximos, pois definidores dos padrões metabólicos da nova economia, das dinâmicas colaborativas e abertas geradoras de altíssima criatividade – aglutinam dezenas de milhares cooperadores não remunerados em atividades relativamente difusas e livremente associadas. A gestão destes processos (*peering*, colaboração em massa por rede) é um híbrido tanto entre ferramenta e comunidade, quanto entre hierarquia e auto-organização. Por um lado, eles são possíveis através de softwares wikis que permitem a conexão direta, sem intermediários, entre computadores, integrando múltiplos usuários num trabalho coletivo. Grande parte das interações não se estabelecem entre indivíduos, mas entre cada colaborador e a plataforma. A comunidade advinda e moldada por estes softs, por sua vez, como visto acima, assemelha-se a um enxame ou nuvem composta por ciosas individualidades cujas motivações não são pecuniárias ou exclusivamente egóticas (as contribuições pessoais não são assinadas), mas tampouco são puramente altruístas (não existe dádiva desinteressada). Por outro, atrás do aparente igualitarismo, algumas pessoas (os mais ativos e com maior experiência) tem nestas redes mais autoridade que outras. Na ponta final, seus fundadores, em última instância, tem o direito de tomar e implementar decisões que considerem de crucial importância. Ou seja, estas organizações operam simultaneamente como democracia, aristocracia e monarquia.

Assim, não é tão curioso constatar que a realidade da economia colaborativa é que ela tenha pouco de colaborativa (pelo menos conforme o velho entendimento de colaboração), como observa Chase (2015, p. 252), pioneira da Zipcar, pois

a plataforma é que se encarrega de toda a coordenação para que nenhuma pessoa sozinha tenha de fazer isso. Aí se encontra a beleza dessas plataformas: o nosso trabalho simultâneo e assíncrono produz resultados extremamente colaborativos.

Mas é nítido que a economia compartilhada gerada pelo mundo cibernético, por ser uma forma de produção social, por gerar a abundância, recriar e restabelecer um sentido de bem comum, pode ser enquadrada naquela espécie de “economia substantiva” definida por Polanyi (1977), incrustada na sociedade. Ou seja, trata-se de uma outra economia muito diferenciada da estritamente economicista e mercantilista que, por fazer da escassez seu eixo de análise, apenas a compreende e reproduz. Por isto que Dowbor (2016, p. 35) não hesita em avaliar, incisivamente, que “a visão colaborativa é uma visão inteligente”, pois passar da posse para o uso e resgatar o “controle do uso das nossas próprias poupanças no universo de intermediação financeira” gera uma economia material e abre “caminhos de construção de novas relações de produção que fazem sentido”.

O fato de a economia compartilhada emergir a partir de uma conectividade inédita (veloz, barata e de longo alcance) na história humana – pela primeira vez na história muitos se comunicam com muitos, em tempo real, e a partir desta base comunal interagem economicamente e constroem, com esta potencia da multidão, uma riqueza comum – indica que novos metabolismos econômicos da "terceira revolução industrial" podem estar a impulsionar um elemento ético despossuído da máxima avidez e a reincrustar a economia no social, frutificando assim formas econômicas solidárias.

Portanto, o movimento do compartilhamento desnuda que a autogestão (isto é, trabalhadores associados) não tem um vínculo constitutivo, generativo e visceral com a economia solidária, permitindo-nos visualizar o sentido mais profundo da mesma. Em nosso entendimento, o que caracteriza a economia solidária não é possuir uma forma de (auto) gestão, nem ser um outro modo de produção em luta com o capitalismo, muito menos uma ferramenta para a construção do socialismo. Conforme sua raiz conceitual, ela é, simplesmente, a afirmação da centralidade da ética (solidária) dentro da economia contemporânea, indicando, na linha polanyiana, uma economia incrustada na sociedade liberta da lógica da máxima valorização do valor (D-M-D'), pois comprometida com a reprodução da vida no seu entorno.

Ressalve-se que o princípio da governança democrática pode até ser uma característica eventual da economia solidária, mas nunca um dos seus princípios definidores, nem, muito menos, seu traço fundamental. Autogestão não é condição necessária nem suficiente para tornar um empreendimento imune à lógica predatória e extrativa, de rapina, voltada apenas para a rápida maximização dos lucros, como já demonstramos em outra ocasião (LISBOA, 2005). Um ditado já corriqueiro afirma que “quando uma cooperativa não dá certo, fecha, mas quando dá certo vira uma empresa capitalista”...

Não são apenas as experiências de economia compartilhada, mas também as “empresas sociais”<sup>37</sup>, de “economia de comunhão”<sup>38</sup>, “fundos éticos de investimento”, “agricultura familiar” (e todas as formas de trabalho doméstico), algumas das práticas de “comércio justo” e “microcrédito” que não podem ser explicadas pela equação “anticapitalista”, nem estão prisioneiras do conceito de autogestão, pois este simplesmente não se aplica às mesmas... mas nelas se expressam elementos de solidariedade dentro do

---

<sup>37</sup> Sobre as empresas sociais, a referência clássica é Yunus (2008).

<sup>38</sup> Trata-se de uma rede de empresas (no Brasil são mais de 170) cujos empresários cristãos compartilham o lucro conforme uma orientação social. Cf. <[www.edc-online.org/br/](http://www.edc-online.org/br/)>.

metabolismo econômico, especialmente por serem modelos de negócios que, mesmo quando precisam gerar lucros, são guiados por um propósito social e não o da máxima rentabilidade.

Todavia elas não são reconhecidas como sujeitos de uma outra economia pela ecosol<sup>39</sup>. Esta ausência de percepção, valoração, e conseqüentemente de acolhimento pela corrente hegemônica da ecosol deve-se a que, paradoxalmente, para a ecosol o elemento ético solidário é secundário, pois sua ênfase está em buscar a superação do capitalismo através da autogestão, entendida enquanto ação coletiva. Em termos doutrinários, a ecosol, portanto, reduz-se a ser uma questão de modo de gestão onde ressoa ainda uma perspectiva ideológica revolucionária. O que chamamos ecosol, em verdade, deveria denominar-se “economia socialista autogestionária” (ou simplesmente “autogestão”), a qual seria uma identidade mais justa e precisa para o que se apresenta concretamente. Ao nosso ver, a ecosol traduz apenas uma declinação, uma variante da ideia da economia solidária.

Infelizmente a visão de uma “economia solidária”, comprometida com a vida, com o seu entorno – que hoje brota ampla e ressonante por todos os lados, impulsionada por pessoas economicamente responsáveis que surfam nas novas possibilidades de reprodução metabólicas da economia – foi, heurísticamente, capturada, restrita e desbastada pela perspectiva do socialismo autogestionário. A vitória da militância autogestionária antiestalinista, que se reciclou e renovou conquistando o conceito de economia solidária, foi, na prática, uma vitória de pirro, pois a privou de um terreno comum de identificação com os libertários do mundo virtual, levando-a a distanciar-se do fantasma que assusta o capitalismo hoje e que advém de dinâmicas cibernéticas solidárias que recriam o comum, mas que não praticam e não se confundem com a ideia de autogestão. Esta pode até ser uma forma de economia solidária, mas não expressa toda ela. Diminuí-la à autogestão é castrar as pujantes possibilidades encarnadas no conceito “economia solidária”.

A narrativa dominante dentro da ecosol tem marginalizado (proscrito...) a abordagem ética. Apenas uma anacrônica cegueira ideológica explica o paradoxo de que a ecosol, mesmo conceitual formalmente permeada por um valor ético (explícito no adjetivo “solidária”), ter produzido uma axiomática e uma articulação política que, de forma quase uníssona, ignora ou

---

<sup>39</sup> O mesmo ocorre com as tradicionais e relevantes cooperativas, em geral vinculadas ao sistema OCB/ACI (Organização das Cooperativas Brasileiras/Aliança Cooperativista Internacional). Por não explicitarem uma ideologia de esquerda, e não perfilarem, portanto, no campo dos movimentos sociais que historicamente lutam contra o capitalismo, elas não são consideradas partícipes do movimento da ecosol, sendo até combatidas como adversárias ou inimigas, uma vez que “se alinham com os opressores” (SINGER; SCHIOCHET, 2016, p. 99). A ecosol, portanto, presunçosamente diferencia o cooperativismo autêntico (as cooperativas vinculadas a ela própria) do inautêntico (as demais cooperativas).

desqualifica esta dimensão. Tal como no marxismo clássico, seus teóricos e militantes dedicam-se a realçar as clivagens e diferenças para com o capitalismo e o mercado, visando, ao final, a sua destruição pela força, ficando cegos para as permanentes mutações dentro do capitalismo e do mercado que fazem brotar inúmeras modalidades destes e os catapultam para além de sua forma inóspita e economicida. Quando entendemos que os mercados são uma construção social que atua como motor do progresso econômico (o que não significa ignorar o papel de outras instituições, como o Estado), e percebemos o capitalismo como processo, como devir – pois, como tudo que existe, ele está em constante transformação – poderemos influenciar a sua cotidiana reinvenção, uma vez que neles estamos inseridos.

Sem dúvida que o “cooperativismo de plataforma”, como propõe Scholz (2016), é uma grande possibilidade para o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária: “uma economia do compartilhamento genuína, uma economia solidária” advirá do cooperativismo de plataforma<sup>40</sup>. O provável surgimento dele levará ao rompimento da estreita e errática concepção que limitou a ecosol à autogestão grupal e presencial, reduzindo-a apenas as atividades que os mais pobres fazem coletivamente nas franjas do sistema para sobreviver, deformação que, em verdade, apenas empobrece, corrompe e invalida o conceito de economia solidária, além confirmar os críticos, inclusive marxistas, que a denunciam como instrumento de manipulação e controle dos empobrecidos, uma espécie de “sopão para os pobres”<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Ibid, 90.

<sup>41</sup> Os 13 anos de atuação conjunta SENAES/FBES permitem-nos auferir se o sonho da ecosol centrada na ideia de autogestão anticapitalista se realizou, se foi traído, ou se era um sonho errado e castrador do potencial da economia solidária no mundo contemporâneo. Em que pese as dezenas de Incubadoras de Cooperativas e os significativos aportes de recursos públicos, infelizmente não são muitas as cooperativas que de fato emergem. A alardeada ecosol emancipadora não se visibiliza. A pulsação da ecosol brasileira (e latino-americana) se mede anualmente na Feira de Santa Maria. A de julho/2015, última da qual participei, foi deveras frustrante. Nela se constata que a ecosol não avança de patamar, pelo contrário. Espalhados pela Feira, vários imigrantes africanos/haitianos vendiam bijuterias/celulares/relógios semelhantes aos contrabandeados que ambulantes oferecem nas ruas. Deprimente. Sintomático é o encerramento tanto da principal entidade articuladora das empresas de autogestão da ecosol, a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão (a menina dos olhos de Paul Singer), quanto da histórica Usina Catende, destacados ícones da ecosol brasileira. Se a rede de empresas de autogestão é incapaz de se autogerir e entra em falência, então este rei está mais que nu... Os pífios resultados demonstram quanto esta visão restringiu e limitou as possibilidades de desenvolvimento do campo da economia solidária, pois inadequada ao potencial colaborativo e solidário advindo do novo metabolismo econômico que irrompe com a terceira revolução industrial. O aquecimento da economia brasileira na primeira década do sec. XXI foi apontado por alguns como razão para a recente desmobilização dos empreendimentos da ecosol. Este tipo de explicação enquadra a ecosol apenas como elemento periférico e complementar da economia moderna-capitalista. Aqui a ecosol fica completamente castrada e sem nenhum "potencial emancipatório", como insiste a literatura e os arautos hegemônicos da mesma. Atuando também na América Latina, a SENAES e o FBES apoiaram o governo da Venezuela na promoção da ecosol como um dos principais eixos do projeto econômico bolivariano. Conforme o pesquisador venezuelano Oscar Bastidas-Delgado (2015), disto resultou um desastre completo, produzindo apenas o “maior cemitério de cooperativas da história”. Isto é impressionante, ainda mais considerando que a política da ecosol na Venezuela vem sendo impulsionada por mais de um ministério, além da parceria com a SENAES/FBES. Nem tudo são lágrimas por lá:

Todavia, não se pode depreciar os logros alcançados pela ecosol brasileira, os quais podem ser modestos quando perfilados diante da economia brasileira<sup>42</sup>, mas são relevantes, vitais e extremamente significativos para aqueles que o conquistaram, pois permitiram amplas camadas de excluídos não apenas sobreviverem, mas também voltarem a se (re)inserir com dignidade dentro da sociedade. Os bancos comunitários populares, as inúmeras cooperativas de catadores e recicladores, de pequenos camponeses, de populações quilombolas, as empresas falidas recuperadas pelos ex-empregados, as entidades de reinserção laboral dos egressos do sistema penitenciário e dos que sofrem de transtorno mental, são preciosas e falam por si mesmas, gerando um tremendo e indispensável valor social para todos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Imitação não é subserviência – é inspiração e cooperação. Remixar, samplear e citar são ferramentas do trabalho coletivo na economia da dádiva de alta tecnologia” (Barbrook).*

Concomitante aos primeiros passos da internet, o conceito e o movimento da economia solidária despontaram há três décadas no meio popular de Abya Yala<sup>43</sup> como parte do seu processo de descolonização, ressignificando as experiências de “economia popular” ao permiti-las deixarem de ser vistas meramente como “estratégias de sobrevivência”. Naquele momento, a recategorização daquelas atividades de caráter comunitário-popular fê-las transcender sua condição e ganhar uma amplitude e ressonância renovadoras e inspiradoras para a construção de alternativas para as amplas maiorias que viviam – e ainda vivem – no marginal setor informal. Naqueles instantes primordiais, a categoria economia solidária ainda não estava vinculada a de autogestão.

É evidente que a Ameríndia tem muito a aportar ao movimento global de emancipação e aperfeiçoamento humano, especialmente no que tange a sua perspectiva ontológica não

---

a rede de cooperativas Cecoseola (Central Cooperativa de Servicios Sociales de Lara) se destaca e garante a produção de alimentos num país que os importa. Com mais de 20 mil associados e composta por 85 cooperativas e associações civis, surgiu no estado de Lara ainda nos anos 1960 pelas mãos de um trabalho com comunidades eclesiais, e não a partir do Estado.

<sup>42</sup> Não cabe aqui fazer um meticuloso balanço da ecosol. Registro apenas que os resultados do segundo “censo” sobre a mesma (realizado entre 2010 e 2013) estimaram sua magnitude ao redor de 20 mil empreendimentos, com 1,423 milhões pessoas associadas. Mas os mesmos não revelam o faturamento de todo o conjunto, pois, provavelmente, pouco significativo, uma vez que “a grande maioria dos empreendimentos é informal e muito pobre”, anotam Paul Singer e Valmor Schiochet, ex-dirigentes da Senaes (2016, p. 99). Uma avaliação encontra-se em Silva (2017).

<sup>43</sup> Abya Yala é a denominação do povo Kuna para a América. Sobre o significado atual desta expressão ver Lisboa (2014).

dualista e de reconexão da sociedade com o planeta. Todavia, o ponto aqui é que, mesmo agregando as interfaces que as redes de ecosol perfazem com o movimento agroecológico, com as organizações indígenas, camponesas e dos movimentos negro e feminista, isto tudo não é apenas insuficiente para alcançar a almejada sociedade pós-capitalista. Não podemos aceitar que o destino dos povos do Sul seja periférico, fique confinado aos setores de baixa produtividade, àquilo que é residual na economia moderna e de pequeno valor agregado e ordinário nível tecnológico, intenso em trabalho e extremamente localizado.

É inquietantemente míope e anacrônico restringir a solidariedade econômica aos nichos formados por coletivos a produzir bens de corte comunitário-tradicional e advindos da biodiversidade. Para que a preciosa contribuição dos povos afro-ameríndios não se deprecie como um pachamanismo fundamentalista e ludita, é primário perceber que os bens comuns hoje não estão apenas ancorados nos territórios originários e ancestrais. O giro decolonial, para se completar, exige que nos apropriemos dos bens comuns cibernéticos, que sejamos também lócus de inovação e criação dos mesmos, especialmente se quisermos superar o atoleiro extrativista onde afundaram os governos progressistas na América Latina e os colocaram em confronto com os setores populares.

A equação ecosol = autogestão obscurece a possibilidade de pensar a constituição da economia solidária fora da mesma, encolhendo o potencial econômico solidário, que acaba fadado a ser apenas um nicho pouco dinâmico, como é o caso da vertente popular da ecosol. Não se abrir ao horizonte mais que estratégico das novas sinergias solidárias e colaborativas do mundo virtual é autocondenar-se à impotência. Como inclusão social e inclusão digital estão indissociadas na atualidade, é vital imbricar e fazer convergir as redes da ecosol, as economias indígenas e matriciais do *buen vivir/ sumak kawsay*, com as profusas e avassaladoras redes colaborativas que irrompem a partir da realidade digital, pois todas compartilham e aspiram a um mundo solidário, rico e melhor. Se as certezas ideológicas forem despidas, se libertarmos o conceito de economia solidária de suas amarras, uma identificação comum, e um diálogo, poderão surgir entre estes dois grandes campos que incubam contemporaneamente uma outra economia. Tecer isso é a principal intenção desta investigação.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (2014). A economia híbrida do século XXI. In: Costa; Agustini (org.). **De baixo para cima**. São Paulo: Aeroplano.
- AKERLOF, G.; Shiller, R. (2016). **Pescando tolos. A economia da manipulação e fraude**. Rio de Janeiro: Alta Books.
- AXELROD, R. (2006). **The evolution of cooperation**. Cambridge: Basic Books.
- BARBROOK, R (2009). **Futuros imaginários**. São Paulo: Peirópolis.
- BASTIDAS-DELGADO, O. (2015). Identidad cooperativa, fracaso gubernamental y falso cooperativismo. El caso venezolano. In: ELGUE, Mario C., comp. **La economía social del siglo XXI**. Buenos Aires: Corregidor. \_\_\_\_ (2015). Hacia una política de Estado para la economía social y las cooperativas venezolanas como ejes de un modelo de desarrollo basado en la cooperación. Disponível em: <<https://goo.gl/BrSBvW>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BENKLER, Y (2009). **The wealth of networks**. New Haven; London: Yale University Press.
- BOUTANG, Y. (2011). “Wikipolítica e economia das abelhas”. In: MACIEL; ALBAGLI (orgs.). **Informação, conhecimento e poder**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BOWLES, S. (2016). **The moral economy**. New Haven; London: Yale Un. Press.
- CARR, N. (2011). **A geração superficial. O que a internet está fazendo com os nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir.
- CASTELLS, M. (2000). **A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.
- \_\_\_\_\_. (2013). **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2015). **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CORAGGIO, J., org. (2016). **Economía social y solidaria en movimiento**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- DOWBOR, L. (2016). Articulações em rede na era do conhecimento. In: JUNQUEIRA; CORÁ, orgs. **Redes sociais e intersectorialidade**. SP: Tiki B.
- ESCOBAR, A. (2016). **Autonomía y diseño**. Popayán: Universidad de Cauca.
- FUKUYAMA, F. (1996). **Confiança**. Rio de Janeiro: Rocco.
- GANSKY, L. (2015). **Mesh. Porque o futuro dos negócios é compartilhar**. Rio de Janeiro: Alta Books.
- GORZ, A. (2005). **O imaterial**. São Paulo: Annablume.

- HAN, B. (2015). **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2001). **Império**. São Paulo: Record.
- \_\_\_\_\_ (2016). **Bem estar comum**. São Paulo: Record.
- HIMANEN, P. (2001). **A ética dos hackers e o espírito da era da informação**. Rio de Janeiro: Campus.
- HOWE, J. (2009). **O Poder das Multidões**. Rio de Janeiro: Campus.
- INGLEHART, R. (1977). **The silent revolution: changing values and political styles**. Princeton: Princeton Univ. Press.
- KELLY, K. (1999). **Novas regras para uma nova economia**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KELLY, M. (2016). **Capitalismo alternativo e o futuro dos negócios**. São Paulo: Cultrix.
- LÉVY, P. (1996). **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34.
- LIPOVETSKY, G. (2007). **A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Cia. das Letras.
- LISBOA, A. (2005). Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **RAE**, v. 45, n. 3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_ (2014). De América a Abya Yala – semiótica da descolonização. In: **Revista Educação Pública**, v. 23, n. 53/2.
- LORDE, A. (1988). “Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo”. In: Moraga; Castillo (ed.). **Esta puente, mi espalda**. San Francisco: Ism Press.
- MASON, P. (2017). **Pós-capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras.
- MORIN, E. (2013). **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- OSTROM, E. (2003). **The commons in the new millennium**. Cambridge: MIT Press.
- PARENTE, A. (1993). “Os paradoxos da imagem-máquina”. In: Parente, org. **Imagem-máquina. A era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34.
- PEBORGH, E. (2013). **Redes. O despertar da consciencia planetária**. São Paulo: DVS.
- PIKETTY, T. (2014). **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PINTO, A. (2005). **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto (2 vol.).

- POLANYI, K. (1977). **The livelihood of man**. New York: Academic, 1977.
- PORTER, M.; KRAMER M. (2011). Creating shared value. In: **Harvard Business Review**, jan/fev. Disponível em: <<https://goo.gl/viV5VE>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M.; LACERDA, J.; SEGATA, J., orgs. (2010). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: UFSC.
- RIFKIN, J. (2001). **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books.
- \_\_\_\_\_ (2010). **La civilización empática**. Barcelona: Paidós.
- \_\_\_\_\_ (2015). **Sociedade Com Custo Marginal Zero**. São Paulo: M. Books.
- SCHOLZ, T. (2016). **Cooperativismo de plataforma**. São Paulo: Elefante.
- SEN, A. (2011). **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia. das Letras.
- SENNETT, R. (2012). **Juntos**. São Paulo: Record.
- SHIRKY, C. (2011). **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SHIVA, V. (2005). Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: SANTOS (org.). **Semear outras soluções**. Rio de Janeiro: C Brasil.
- SILVA, S. (2017). **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: IPEA.
- SILVEIRA, S. A. (2012). Redes cibernéticas e a reconfiguração da biopolítica. In: COCCO; ALBAGLI (orgs.). **Revolução 2.0**. Rio de Janeiro: Garamond.
- SINGER, P. (2012). Os oito primeiros anos da SENAES. In: LIANZA; HENRIQUES (orgs.). **A economia solidária na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SINGER, P.; SCHIOCHET, V. (2016). La construcción de la economía solidaria como alternativa al capitalismo. In: CORAGGIO, J., org. (2016). **Economía social y solidaria en movimiento**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- TAKAHASHI, T., ORG. (2000). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. (2007). **Wikinomics. Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TODOROV, T. (2002). **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx.
- UNGER, R. (2010). **A reinvenção do livre-comércio**. Rio de Janeiro: FGV.

UTTING, P., ed. (2015). **Social and Solidarity Economy. Beyond the Fringe.** London: Zed Books.

YUNUS, M. (2008). Um mundo sem pobreza. **A empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática.

VIRILIO, P. (1999). **A bomba informática.** São Paulo: Estação Liberdade.

*Recebido em 19 de junho de 2017 e aceito em 21 de junho de 2017.*

## O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLDÁRIA EM SANTA CATARINA

Bruna Medeiros<sup>1</sup>

Edaiane Comonelli<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é verificar qual o perfil dos empreendimentos de economia solidária (EES) no estado de Santa Catarina. Com relação a metodologia, o método de pesquisa é dedutivo e qualitativo, ainda a pesquisa se caracteriza como aplicada, exploratória e descritiva, juntamente com análise de dados secundários obtidos pelo Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) do ano de 2013. Os resultados apontam que há uma concentração maior de empreendimentos na zona rural do território catarinense e na Região Oeste do Estado, destes, grande parte atua com produção e comercialização de bens e estão organizados em grupos informais.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária; Perfil dos empreendimentos; Estado de Santa Catarina.

## THE PROFILE OF SOLIDARITY ECONOMY DEVELOPMENTS IN SANTA CATARINA

**Abstract:** The objective of this article is to verify the profile of the enterprises of solidary economy (EES) in the state of Santa Catarina. Regarding the methodology, the research method is deductive and qualitative, the research is characterized as applied, exploratory and descriptive, along with analysis of secondary data obtained by the Second National Mapping of Economic Solidarity Projects, carried out by SENAES (National Secretariat of Economy Solidária) in the year 2013. The results indicate that there is a greater concentration of enterprises in the rural area of the state of Santa Catarina and in the Western Region of the State, of which the majority are engaged in the production and sale of goods and are organized in informal groups.

**Keywords:** Solidary Economy; Profile of enterprises; State of Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Membro do Grupo de Pesquisas Desenvolvimento regional, política pública e governança da Unochapecó e atua como Técnica de Extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da Unochapecó. Email: bt\_medeiros@hotmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em ciências contábeis e Técnica Administrativa na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Projeto Permanente de Extensão na Universidade Comunitária da Região de Chapecó ITCP UNOCHAPECO. Email: edaiane@unochapeco.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária ao longo dos tempos ganhando espaço nos debates acadêmicos e se tornando uma realidade no cenário da economia brasileira, seus princípios de solidariedade se disseminam criando novos empreendimentos, tornando o mercado mais humanizado e justo.

Após a realização da revisão bibliográfica para este artigo apresenta-se uma sistematização do perfil dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina. Identificou-se através da base de dados de 2013 do SENAES/MTE que há 764 empreendimentos de Economia Solidária, distribuídos na área rural e urbana localizados nas 06 (seis) mesorregiões sendo: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Serrana, Sul Catarinense, Vale do Itajaí, e Oeste Catarinense.

Caracteriza-se por empreendimento solidário as diversas formas de manifestação na Ecosol, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Ecosol supracitados, vale destacar o princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento.

Os Empreendimentos Solidários (EES) estão agrupados em 04 (quatro) segmentos: grupo informal; cooperativas; sociedade mercantil e associações com diferentes atividades econômicas pode-se citar: troca de produtos ou serviços; produção e comercialização; comercialização; prestação de serviço; crédito ou finanças solidárias.

Por meio deste estudo pretende-se conhecer o perfil dos empreendimentos solidários no estado de Santa Catarina, para tanto este artigo está dividido em 4 (quatro) seções além desta a introdução. A segunda seção trata-se do referencial teórico sobre o conceito, princípios e concepções da Ecosol, na terceira seção discute-se a metodologia adotada à elaboração deste artigo, e por fim, na quarta e quinta seção são expostas as análises dos resultados e as respectivas considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Economia Solidária (Ecosol) surge na Europa no século XIX, Cattini (2003), relata que devido a várias situações enfrentadas pelos trabalhadores, fez com que surgissem empreendimentos que constituem a Economia Popular. Essa forma de organização

dos grupos que se pode denominar empreendimento social/econômico gerada pelos operários/trabalhadores na busca de melhorar as condições de trabalho e conseqüentemente de vida, conhece-se também por como Economia Solidária (Ecosol).

A Ecosol é um marco das relações socioeconômicas comunitárias locais, regionais e em redes, que se expandem em diferentes espaços geográficos. Singer (2002, p. 10), compreende que:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva /associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Desta forma podemos definir a economia solidária como “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 13). Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Economia Solidária é baseada pelo fundamento de uma globalização humanizada, que busca o desenvolvimento sustentável, socialmente justo direcionado para suprir as necessidades de cada indivíduo, seguindo um caminho de desenvolvimento sustentável, proporcionando uma significativa melhora na qualidade de sua vida desses grupos. O FBES reforça os princípios da Ecosol através dos movimentos sociais e pela luta de uma sociedade justa e igualitária:

Economia solidaria é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas. O movimento de Economia Solidária se alia aos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária no Brasil, na América Latina, Caribe e no mundo. As práticas de Economia Solidária estão presentes nas lutas e bandeiras de todos os movimentos sociais e devemos trabalhar nossa unidade, fortalecer nossas alianças e buscar realizar processos de diálogos e convergências de nossas ações (FBES, 2012, p.1)

Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS (2016) a Economia Solidária é uma maneira diferente de produzir, comercializar e trocar bens e serviços, sem

exploração do trabalhador, com sustentabilidade, um processo reverso ao capitalismo, estimulando a cooperação, fortalecendo empreendimentos, possibilitando que cada indivíduo pense no seu bem-estar sem deixar de pensar no bem de todos. Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (MTPS, 2016, p.1)

A Ecosol fomenta iniciativas econômicas, tanto no campo quanto na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas (MTPS, 2016).

A economia solidária no Brasil está subdividida em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, organizações de Representação e Governos (MTPS, 2016).

Os EES, segundo o MTPS (2016, p. 01) são aquelas organizações:

- Coletivas e suprafamiliares, ou seja, compostas por mais de duas pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar;
- Em que os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural;
- Em que os trabalhadores que exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados;
- Que tenham foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação.

Estes empreendimentos normalmente estão organizados em cooperativas, associações, grupos informais ou, até mesmo, sociedades mercantis. Ainda, são consideradas Entidades de

Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs) todas as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto.

As instituições atuam na mobilização dos participantes da Economia Solidária em defesa dos seus direitos bem como dos interesses junto ao Estado. Há sete organizações neste meio, são elas: O *Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) que é composta pelas seguintes organizações: *UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários*, *UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária*, *CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil*, O *Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)*, A *Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL)*, A *Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL)*, (MTPS, 2016).

Identificou-se que há órgãos governamentais nas três esferas que fomentam à Economia Solidária, sendo: federal, estadual e municipal. A nível federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) hoje pertencendo ao MTPS é responsável de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Ecosol, a nível estadual e municipal a Ecosol está presente em vários órgãos governamentais que tem por objetivos implementar política pública de fomento à Ecosol (MTPS,2016).

### 3 METODOLOGIA

O método de pesquisa é dedutivo, partindo de um referencial teórico que possui relação com o objeto de estudo, neste caso, os empreendimentos de economia solidária. A pesquisa se caracteriza como aplicada e, no que se refere aos objetivos é exploratória e descritiva. O estudo é exploratório porquanto apresenta maior proximidade com uma indagação a partir de levantamento bibliográfico e documental. Também, descritiva, visto que tem como objetivo descrever as principais características dos empreendimentos de economia solidária no Estado Catarinense. As pesquisas quando combinadas com a metodologia exploratória e descritivas visam descrever detalhadamente fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A revisão bibliográfica ocorreu através da consulta a publicações como, artigos sites, livros entre outros, capazes de fornecer dados atualizados e relevantes sobre o tema de pesquisa. A metodologia do artigo se baseia em revisão bibliográfica e análise de dados

secundários com base nos dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013.

Iniciadas as pesquisas de cunho bibliográfico, objetivou-se realizar a conceituação e fundamento teórico do presente trabalho, bem como o atual estado da arte. Assim, para se responder as primeiras indagações, palavras-chave foram buscadas, tais como: economia solidária e empreendimentos de economia solidário (solidários). Desta forma, foram encontrados, artigos, sites e livros que versavam sobre a temática, dentre eles os principais são: *Introdução à Economia Solidária* (SINGER, 2002); *Carta Política da V Plenária Nacional da Economia Solidária* (FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012) e *Atlas Digital da Economia Solidária* (SIES, 2013).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A partir da coleta de dados obtidos por meio da SENAES/MTE, pode-se observar que em Santa Catarina temos um total de 764 empreendimentos de economia solidária, sendo distribuídos 432 empreendimentos na zona rural que corresponde (56,54%), 192 na zona urbana que corresponde (25,13%) e 140 que corresponde a rurais/urbanos (18,32%) do total de empreendimentos. Deste modo observamos que há uma concentração maior de empreendimentos na área rural do território catarinense e na região Oeste de Santa Catarina, isso se deve ainda ao trabalho promovido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Unochapecó, que atua como projeto permanente de extensão tendo como missão apoiar iniciativas de Ecosol – cooperativas, associações de produção e consumo, grupos de produção e outras formas de organização econômica autogestionárias; contribuir para o Desenvolvimento Social e Econômico do Oeste Catarinense; auxiliar na formulação e execução de Políticas Públicas destinadas ao fomento das experiências de Ecosol.

Os empreendimentos estão distribuídos 6 (seis) mesorregião, sendo: Grande Florianópolis com um percentual de (6,54%) do total de empreendimentos; Norte Catarinense com (12,17%); Serrana com (6,41%); Sul Catarinense com (11,39%); Vale do Itajaí com (9,95%), e o Oeste Catarinense com (46,47%); que é onde se tem uma concentração maior de empreendimentos de economia solidária do Estado Catarinense.

A Ecosol, tem como base a valorização da mulher, contudo, com relação ao sexo dos sócios, observou-se a predominância do sexo masculino, pois do total de empreendimentos em média (65,59%) são homens e o restante (34,41%) são mulheres.

As formas de organização dos empreendimentos, segundo o mapeamento da SENAES/MTE podem ser agrupados em: grupo informal, 239 empreendimentos que correspondem à (31,28%); associações, 325 empreendimentos que correspondem a (42,54%); cooperativas, 189 empreendimentos que correspondem à (24,74%); e sociedade mercantil, 11 empreendimentos que correspondem à (1,44%); do total de empreendimentos. Aqui observa-se que grande parte dos empreendimentos já se caracterizam como associações ou cooperativas, mas que ainda se tem um percentual elevado de grupos caracterizados como grupos informais, ou seja, não legalizados.

A internet é uma forma divulgação dos empreendimentos além de ser essencial em algumas rotinas administrativas dentro dos grupos, deste modo, verificou-se ainda qual a porcentagem de empreendimento que possui acesso à internet no estado catarinense, onde, 454 empreendimentos declaram que tem acesso que corresponde à (59,42%), e o restante, 300 empreendimentos, que correspondem à (39,27%) declarou que não possui acesso à ferramenta da internet.

Com relação as atividades econômicas principais dos EES no Estado de Santa Catarina são: troca de produtos ou serviços 8 empreendimentos (1,05%); produção ou produção e comercialização 421 empreendimentos (55,10%); comercialização ou organização da comercialização 202 empreendimentos (26,44%); Prestação do serviço ou trabalho a terceiros, 46 empreendimentos (6,02%); poupança, crédito ou finanças solidárias 35 empreendimentos (4,58%); consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios 52 empreendimentos (6,81%) do total de empreendimentos.

A articulação entre os diferentes espaços que discutem economia solidária, empodera cada vez mais os seus participantes, deste modo verificou-se ainda se o empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação, onde dos 754 empreendimentos (47,38%) declarou que participa e o restante (52,62%) declarou que não participa. Deste modo pode-se observar, que há um grande número de empreendimentos (aproximadamente 400 EES) no Estado não possui nenhuma vinculação com esses espaços de discussão de economia solidária.

Com relação aos principais desafios dos empreendimentos, os dados do mapeamento da SENAES identificou que: empreendimentos que possui dificuldades econômicas de

viabilizar o empreendimento (15,92%); gerar renda adequada aos (às) sócios (as) (18,35%); garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as) (6,07%); efetivar a participação e a autogestão (9,79%); alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as) (7,57%); alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as) (11,14); promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária (10,91); manter a união do grupo/coletivo (15,40%); outros (4,85%).

Do total de empreendimentos 421 empreendimentos que fazem comercialização dos produtos num determinado local, (29,22%) comercializam em lojas ou espaços próprios; (13,06%) espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA); (39,67%) feiras livres; (41,09%) feiras e exposições eventuais/ especiais; (28,27%) feiras de economia solidária e/ou agroecologia; e (72,45%) possui entrega direta a clientes.

Ainda sobre os empreendimentos com comercialização as maiores dificuldades levantadas pelos sócios foram: o empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes (16,83%); não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização (10,89%); ninguém do empreendimento tem conhecimento sobre vendas (argumentação, negociação etc.) (2,48%); o empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar (3,96%); os preços praticados são inadequados (8,42%); os clientes exigem um prazo para o pagamento (9,41%); os compradores só compram em grande quantidade (7,43%); dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (17,33%); falta de capital de giro (23,27%); falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.) (13,86%); falta de registro sanitário ou alvará (10,40%); a concorrência, os atravessadores, existência de monopólios (21,78%); dificuldade ou custo elevado de transporte (3,93%); precariedade das estradas para escoamento da produção (8,42%); estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada (15,84%); Os produtos não são conhecidos no mercado (5,94%).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste trabalho foi a caracterização do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Estado de Santa Catarina, para isso utilizou-se de referências bibliográficas que discutem economia solidária juntamente com análise de dados secundários obtidos pelo Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no ano de 2013.

Dentre os principais resultados do artigo pode-se citar que, há um predomínio de empreendimentos na zona rural do Estado de Santa Catarina havendo uma concentração maior de EES na Região Oeste Catarinense. Este dado relaciona-se ao trabalho desenvolvido deste 2003 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP-Unochapecó que é um projeto permanente de extensão universitária que atua como fomentadora e fortalecedora dos EES na Região Grande Oeste Catarinense.

Ainda, pode-se concluir que, por mais que a economia solidária se pautar na valorização da mulher, na média, há um predomínio de homens que atuam como sócios dos empreendimentos.

Os grupos no Estado Catarinense, apesar de grande parte já estarem organizados em cooperativas ou associações, percebe-se que há um número considerável de empreendimentos que atuam ainda como grupos informais. Ainda, observa-se que há um grande número de empreendimentos que não possuem acesso à internet, considerada uma ferramenta essencial em rotinas administrativas e como forma de divulgação e marketing dos empreendimentos

Com relação a principais atividades dos EES em Santa Catarina, mais de (50%) atuam com produção e comercialização de bens e os principais desafios mencionados dos empreendimentos foram de viabilizar economicamente, gerar renda adequada aos sócios para que consigam dedicar-se exclusivamente ao empreendimento e manter a união do grupo.

A participação em espaços de articulação de economia solidária empodera e politiza os participantes, no entanto, identifica-se que mais de 45% do total dos empreendimentos do Estado de Santa Catarina não possui participação em nenhuma rede ou fórum de articulação.

No entanto são muitos os desafios que a Economia Solidária (Ecosol) tem à frente, uma delas é fomentar a construção de uma nova economia dentro de um sistema capitalista. Como pesquisas futuras, sugere-se estudar especificamente o empreendimento do Oeste e suas fragilidades.

## REFERÊNCIAS

CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de Princípios da Economia Solidária. **III Plenária Nacional da Economia Solidária**, 2003. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Carta Política. **V Plenária Nacional da Economia Solidária**, 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 26 jul. 2016

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, v. 14, n. 1-2, p. 243-75, jan/dez. 2001

\_\_\_\_\_; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 135-143 p.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

\_\_\_\_\_. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra economia**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

MTPS – Ministério Trabalho e Previdência Social; **Economia solidaria**. Disponível em: <[www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria](http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, v. 75, p. 91-99, 1997. **Science Plus Group**. Ucinet software descriptions. Disponível em: Acesso em 7 de junho de 2014.

SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <[sies.ecosol.org.br/sies](http://sies.ecosol.org.br/sies)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

*Recebido em 06 de junho de 2017 e aceito em 11 de junho de 2017.*

## AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Cris Palma<sup>1</sup>

Anielle Gonçalves de Oliveira<sup>2</sup>

Tatiane Aparecida Viegas Vargas<sup>3</sup>

**Resumo:** A economia solidária está presente em diversos empreendimentos no Alto Vale do Itajaí, em forma de associações e cooperativas, que buscam uma alternativa viável de colocação no mercado. Dentre os 28 municípios que compõem a região, 34 empreendimentos de economia solidária estão cadastrados na base de dados do Atlas Digital da Economia Solidária, distribuídos em 17 municípios. Diante desse cenário o presente artigo tem o objetivo de analisar as iniciativas econômicas que se enquadram no sistema de economia solidária, presentes na região do Alto Vale do Itajaí - SC, no período recente, bem como explorar qual o perfil dos participantes. Para realização da pesquisa utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, para elaboração do referencial teórico e para obtenção de dados utilizou-se as informações do atlas Digital da Economia solidária. As principais conclusões do estudo foram que a economia solidária ainda é pouco difundida na região do Alto Vale do Itajaí, devido a isso torna-se pouco explorada, seja por parte da população, grupos sociais ou órgãos públicos o que dificulta o trabalho de divulgação e orientação, inibindo o desejo de empreender de forma alternativa. Muitos empreendimentos de economia solidária surgem da necessidade dos próprios sócios de obterem renda para subsistência ou complementação da pouca já existente ou ainda mediante alguma dificuldade enfrentada no cotidiano.

**Palavras-Chaves:** Economia Solidária; Santa Catarina; Alto Vale do Itajaí.

### THE SOLIDARITY ECONOMY INITIATIVES GIFTS IN SANTA CATARINA: ANALYSIS OF HIGH MICRO ITAJAÍ VALLEY

**Abstract:** The social economy is present in several projects in the Alto Vale do Itajaí, inform of associations and cooperatives, seeking a viable alternative to market. Among the 28 municipalities that make up the region, 34 solidarity economy enterprises are registered in the Digital Atlas database of the Solidarity Economy, distributed in 17 municipalities. In this scenario this article aims to analyze the economic initiatives that fall within the solidarity economy system, in the region of Alto Vale do Itajaí - SC, in the recent period, as well as exploring the profile of the participants. To conduct the survey used the bibliographical research methodology to prepare the theoretical framework and data collection used the

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí UNIDAVI. Email: criswandervegen.cw@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Professora do curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI. Email: anielleg20@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional (FURB). Professora do curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI. Email: tatianeviega@gmail.com

Digital Atlas information of Solidarity Economy. The main conclusions were that the solidarity economy is not yet widespread in the Alto Vale do Itajaí region, because of this becomes little explored, either from the population, social groups or public bodies which hinders the dissemination of work and orientation, inhibiting the desire to engage in an alternative way. Many social economy enterprises arise from the need of own members to obtain income for subsistence or complement the existing little or upon any difficulties faced in everyday life.

**Keywords:** Solidarity Economy; Santa Catarina; Alto Vale do Itajaí.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do trabalho de conclusão (TC) do curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Afirmamos que a pesquisa foi mais ampla porque apresentamos neste artigo alguns dos dados coletados. A pesquisa envolveu coleta de dados *in loco* as quais não socializamos neste artigo, mas esperamos fazê-lo em uma próxima oportunidade. Todavia, as informações disponibilizadas até o momento através do mapeamento do Empreendimentos de Economia Solidária, nos dão uma caracterização muito clara do cenário da Economia Solidária na região do Alto Vale do Itajaí. Acompanhar o desenvolvimento desses empreendimentos é trazer à luz formas alternativas de produção e comercialização que visem menos a concorrência e mais a cooperação.

O tema da Economia Solidária nos convida a refletir sobre a forma como naturalizamos a competitividade do mercado, seja de produtos agrícolas, artesanais ou serviços. Tal concorrência pode ser saudável, por exemplo, se considerarmos a escolha dos consumidores por um bem que lhe traga mais satisfação que o outro pelo menor preço. Porém, essa competição aumenta a diferença produtiva entre as empresas. As empresas que têm maior poder de concorrência obtêm cada vez mais lucro, em detrimento daquelas que arcam com prejuízos, ou seja, uma constante luta entre ganhadores e perdedores (SINGER, 2002).

Na disputa pela melhor fatia do mercado muitos efeitos sociais são gerados. Se uma empresa passa a vender menos, ela começa a redução de seus gastos podendo até fechar as portas e isso conseqüentemente gera desemprego e o ciclo continua, “o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, [...] os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores” (SINGER, 2002, p. 8).

Na perspectiva da economia solidária, deve haver solidariedade entre as partes que se associam para produzir, comprar, poupar ou vender. Em uma cooperativa, os sócios têm a mesma fatia do capital e o mesmo direito nas tomadas de decisões e logo, na divisão dos lucros alcançados, todos têm partes, deveres e direitos iguais. A autogestão, cooperação, o associativismo, o respeito à cultura e o meio ambiente são alguns dos vetores da motivação e regência da economia solidária (SINGER, 2002).

A região do Alto Vale do Itajaí – SC é composta por 28 municípios. Alguns moradores, trabalhadores ou produtores desta região se uniram para formar associações e cooperativas em busca de oportunidades mais solidárias. São os chamados Empreendimentos de Economia Solidária - EES, objeto do estudo deste trabalho. Partindo desse contexto, a presente pesquisa buscou levantar: a) quais são os empreendimentos que se enquadram nesse sistema; b) quem são, qual o perfil dos sócios; e c) qual é a área de atuação dos empreendimentos. A pesquisa analisou as formas de organização e o perfil dos participantes dos empreendimentos solidários do Alto Vale.

O artigo está dividido em seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção resgatamos o aporte teórico que nos orientou em relação a melhor compreensão do tema bem como na análise dos dados. A terceira seção traz os resultados da pesquisa, através dos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Na quarta seção temos as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico que embasou a pesquisa. Inicialmente será exposto o conceito de economia como ciência e suas funções na sociedade e os sistemas econômicos. A seguir, abordamos o conceito de economia solidária, suas concepções e características no meio envolvido, a atuação da economia solidária no Brasil.

A ciência econômica tem como principal objetivo o estudo da produção e distribuição dos bens de consumo, com proposta de resolver ou minimizar problemas econômicos atendendo as necessidades humanas. Estuda ainda os fatores de produção e os recursos produtivos empenhados nesse objetivo (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Na idade média, a igreja e seu filósofo mais influente, São Tomás de Aquino (1225-1274), usavam o termo ecônomo para designar aqueles que administravam as despesas da casa, seus bens e riqueza. *“A ciência da aquisição da riqueza é comum ao Estado e à família”* (SILVA, 2000,

p.13, grifo do autor). Ou seja, a economia deve ser considerada uma ciência tendo como objeto de estudo diversas variáveis entre elas o comportamento humano, estudado principalmente pelas ciências sociais (SILVA, 2000).

Novos conceitos surgiram com os Clássicos e com os Neoclássicos, onde o foco principal já não era mais o fortalecimento do estado e sim a riqueza das nações. François Quesnay em 1758 demonstrava em sua obra *Tableau Économique*, a formação da riqueza além das apresentações quantitativas, distribuindo a sociedade em três classes: os nobres, os artesãos urbanos e os produtores rurais, sendo esses os trabalhos primários para os subsequentes. Adam Smith (1723-1790) publicou sua primeira obra em 1759, a *Teoria dos Sentimentos Morais*, que focava na busca do homem pela aprovação social, as razões da conservação de fortuna e acumulação de riqueza, fundamentando princípios de formação, acumulação, distribuição e consumo. Os demais clássicos seguintes, Thomas Malthus, Jean-Baptiste Say e Stuart Mill partiram desses mesmos fundamentos para definir a economia.

Os neoclássicos apontaram alguns itens considerados importantes na análise econômica, entre eles os desejos e necessidades dos seres humanos que aumentam constantemente. Ou seja, independentemente do grau de desenvolvimento de um país o desejo de elevação do padrão de vida da sociedade é sempre crescente, mesmo que os fatores de produção e os recursos sejam limitados, às necessidades sempre se renovam através do constante crescimento populacional. Assim, as necessidades caracterizam-se como ilimitadas a fim de atender a coletividade. Em teoria, para atender as necessidades humanas, os países se organizam através de sistemas. Esses sistemas que podem ser definidos como a representação política, social e econômica de uma sociedade. Nesse sistema está organizada a produção, a distribuição e consumo dos membros da sociedade.

O Capitalismo é o sistema econômico no qual a maioria dos países estão inseridos, inclusive o Brasil. Trata-se de um sistema comandado pela livre iniciativa, com a propriedade privada da maioria dos fatores de produção, ou seja, regido pelas forças de mercado. Com a Revolução Industrial o Capitalismo se fortaleceu e a divisão de classes se estabeleceu. De um lado a burguesia (detentores do capital) que detém o poder sobre os meios de produção. Do outro lado os trabalhadores (proletariado) que vende sua força de trabalho em troca da obtenção de meios necessário para sobrevivência. Desde seu surgimento, o Capitalismo vem se desenvolvendo de forma desigual, o que significa que, para alguns obterem lucro, outros são explorados. É buscando alternativas de maior cooperação, junto a tantas desigualdades, que a Economia Solidária surgiu como proposta de trabalho coletivo e distribuição de renda

mais justa.

O movimento da Economia Solidária surgiu na Inglaterra no final do século XIX. Os trabalhadores decidiram reorganizar-se produtivamente através de cooperativas e associações com base na autogestão, em resposta ao crescimento industrial capitalista desenfreado. No Brasil esse movimento de trabalhadores chegou no final do século XX e ganhou força principalmente nos anos 1980, quando trabalhadores que perderam seus empregos ou trabalhadores informais resolveram associar-se, na tentativa de dar um novo significado ao contexto econômico do momento. Esse movimento ganhou cada vez mais espaço no meio dos estudiosos como fator de alta relevância para a economia (LEITE, 2009).

A economia solidária tem como principal estímulo a solidariedade entre os membros participantes, com o intuito de ajudar aos menos favorecidos, deixando-os em iguais condições de trabalho e acesso a bens. A gestão democrática dos membros nas tomadas de decisões, a responsabilidade coletiva dos lucros ou eventuais prejuízos que a associação possa ter, a apropriação coletiva dos meios de produção, bem como o debate coletivo sobre a produção e a utilização dos excedentes, são discussões pertinentes a membros de organizações de economia solidária (SCHIOCHET, 2016).

Diferente do modo econômico convencional, a economia solidária utiliza alternativas diferentes de produzir, vender ou comprar os produtos que satisfaçam as necessidades do homem. Nesse modelo os donos e empregados são os próprios trabalhadores, os quais participam ativamente das tomadas de decisões, trabalho e resultados através de iniciativas organizadas em coletividade por produtores familiares, grupos de coleta e reciclagem, cooperativas de crédito, bancos comunitários, clubes de trocas, ou escritórios compartilhados. Essas organizações coletivas seguem alguns princípios como cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016). Ou ainda,

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10-11).

Cada vez mais nos centros das discussões e estudos, a economia solidária é um instrumento de inclusão social, através do trabalho e conhecimento, apresentando uma alternativa na geração de emprego e renda, atendendo as necessidades diretas da população,

diminuindo as desigualdades e propagando os valores da solidariedade e da ética através da gestão responsável dos recursos públicos (NASCIMENTO, 2006).

Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016), a economia solidária segue alguns princípios, são eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.

Os critérios de implantação e condutas que validam a prática de empreendimentos solidários bem como sua classificação vêm ao encontro de pontos fortemente destacados como, finanças solidárias, atuação e participação em um comércio justo de bens e serviços, produção associativa, agricultura sustentável, diálogos interculturais, sistema de trocas solidárias entre outros, garantem a participação de empreendimentos no setor público, privado ou sociais. Tais critérios propõem uma relação menos burocrática ou mais acessível dos empreendimentos à financiamentos junto ao setor público através de contratos específicos, com simplificação tributária e taxas específicas para o segmento (NASCIMENTO, 2006).

Para a economia solidária, no que tange a agricultura, esta deve agregar pontos essenciais como “a segurança alimentar dentro de uma perspectiva de repartição da riqueza a partir da prática de preços justos (ou mesmo de subsídios) para produtos agrícolas” (NASCIMENTO, 2006, p.9). Para tal efeito, “deverá envolver uma integração nacional eficiente que possa identificar também onde exista sobra e onde exista falta de determinados produtos” (NASCIMENTO, 2006, p.9) através de ação conjunta entre governo e sociedade, localizando e identificando regiões com tais escassez ou sobras, minimizando essas diferenças e promovendo o desenvolvimento local.

Como salientado anteriormente, é a partir da década de 1980 que a economia solidária começa a manifestar-se no Brasil. Foi como alternativa aos trabalhadores que estavam fora do mercado formal de trabalho e teve o apoio e incentivo de diversas organizações como, os

sindicatos, as igrejas, os movimentos sociais e instituições de ensino. Esses movimentos tinham características de divisão dos resultados e responsabilidade, todos os participantes como principais gestores do empreendimento, dimensão econômica que traz os interesses e esforços mútuos, produção igualitária de oportunidades para a melhoria de qualidade de vida dos envolvidos – solidariedade (IPEA, 2016).

Em 2006 e 2010 foram organizadas conferências nacionais de economia solidária, com a finalidade de promover ações, encorajando a sociedade e o governo para estabelecerem diretrizes para as políticas de economia solidária. Nas mesmas conferências foram propostas medidas para o aperfeiçoamento da legislação envolvida, melhorias nas propostas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Ministério do Trabalho e Emprego, atuação conjunta de conselhos correlatos e por fim e não menos importante, auxiliar as parcerias entre os representantes do conselho, a SENAES e as entidades da sociedade civil (IPEA, 2016).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 26 de junho de 2003 e atua no Ministério do Emprego e Trabalho (MTE) e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entre outros componentes do movimento. Nos últimos anos a economia solidária vem apresentando vasto crescimento tanto em território brasileiro quanto mundial, talvez motivado pela crise econômica e financeira enfrentada em 2008. Tal crise resultou em um grande número de desempregados e conseqüentemente o aumento da pobreza imposta pela rigidez do sistema financeiro global (SINGER, 2014).

Criada no Governo Lula, a SENAES ganhou rapidamente amplitude no território nacional e seu objetivo foi “ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas” (SINGER, 2014, p.90). Com a intenção de combater essas fraudes e garantir o desenvolvimento das cooperativas, a SENAES buscou exemplos de como os outros países criaram a solução para os problemas semelhantes. Foram adotaram novas leis, “que tornavam obrigatório o gozo pelos sócios de cooperativas de trabalho dos direitos trabalhistas garantidos por lei” (SINGER, 2014, p.90). A partir de 2005, um mapeamento frequente dos EES vem sendo desenvolvida pela SENAES, resultando em um banco de dados chamado de Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES).

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária

no Brasil, O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), permitindo que milhares de EES de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados. As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária no país. [...] O resultado deste mapeamento uma considerável base de dados quantitativos para ver o perfil da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias (SIES, 2017).

Com o foco principal de erradicar a pobreza extrema, no Governo de Dilma Rousseff (mais precisamente em 2011) foram convocados diversos ministérios para elaborar o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) sob direção do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e ficando a critério da SENAES a promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda. O resgate desses trabalhadores é possível somente pela organização dos próprios trabalhadores por meio de associações com vínculo solidário, que produzem bens de consumo e serviços de qualidade que possam competir com o mercado convencional, promovendo renda adequada aos membros da comunidade. Com o apoio financeiro e com as verbas orçamentárias, as SENAES contribuem para a erradicação pobreza e miséria segundo o PBMS (SINGER, 2014).

Segundo o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), nos últimos anos o Brasil vem vivenciando uma crescente expansão da economia solidária em diversos segmentos por meio de estratégias de dinamização socioeconômica, pela ótica da sustentabilidade, promovendo a preservação do meio ambiente e da diversidade cultural, com processos que visam o desenvolvimento local e territorial que respeitam esses princípios. Muitos empreendimentos de economia solidária (EES) encontram inúmeras barreiras que impossibilitam sua plena expansão, mesmo com os avanços, esses desafios precisam ser enfrentados para que sua estratégia de desenvolvimento realmente possa se estabelecer (CNES, 2015).

O acesso dos empreendimentos de economia solidária aos instrumentos e políticas de implantação avançaram têm avançado através de Leis municipais e estaduais que preveem conselhos de gestão e programas que fomentam a economia solidária local; Projeto de Lei 4685, de 2012, em que sua ementa dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências indexadas às diretrizes: Política Nacional de Economia Solidária, incentivo, empreendimento, autogestão, atividade econômica, cooperação, produção, comercialização, bens, serviços, Criação, Sistema Nacional de Economia Solidária.

Também podemos considerar a interação entre programas de desenvolvimento territorial, agricultura familiar, e superação da extrema pobreza, como PRONAF, PNAE E PAA, ou de programas de educação como PRONATEC e PROEX. A aprovação da economia solidária como integrante das prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável, conforme previsto no PPA 2012- 2015.

No que diz respeito a economia familiar, os agricultores estão cada vez mais inseridos em arranjos produtivos de empreendimentos associativos como cooperativas de crédito, produção de alimentos, turismo e comercialização de produtos. Os agricultores organizados coletivamente buscam melhora em sua qualidade de vida de forma justa, culturalmente, espacialmente e ecologicamente sustentável, porém economicamente viável (SCHIOCHET; STOCK, 2016).

A pouco tempo no Brasil adotou-se a expressão agricultura familiar, deixando de lado a rotulação de pequena produção, baixa renda e de subsistência. O modelo produtivo de agricultura familiar é representado por diversas formas, mas se refere principalmente aos proprietários pertencentes ao núcleo familiar daquele modelo produtivo. O produtor familiar exerce as funções de proprietário, fundiário, empreendedor ou empresário e trabalhador. Ou seja, o local onde vivem é também seu local de trabalho, produzem para o consumo particular e também para a comercialização.

### **3 RESULTADOS DA PESQUISA**

Para a pesquisa, primeiramente efetuou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de, buscar matérias (monografias, dissertações, teses, livros) que auxiliassem na construção dos conceitos bem como, numa visão mais ampla dos estudos já realizados sobre o tema. Depois iniciamos a coleta dos dados para a qual consultamos o Atlas Digital da Economia Solidária disponível no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que mapeia os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil (quadro 1). Depois de levantados os dados, os mesmos foram analisados com o objetivo de responder: como está constituído atualmente o contexto da Economia Solidária no Alto Vale do Itajaí?

O Alto Vale do Itajaí – SC está localizado na mesorregião do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. O Vale do Itajaí é constituído por 53 municípios e inicia-se pelo litoral tendo como principais cidades Itajaí e Balneário Camboriú, onde predominou a colonização

portuguesa e açoriana, bastante evidenciada na cultura e gastronomia. Se afastando da faixa litorânea, a identidade colonizadora é germânica, tendo Blumenau como principal cidade. Seguindo em direção ao planalto, chegamos ao Alto Vale do Itajaí, as correntes migratórias foram as mais diversas, no entanto predominaram os descendentes de alemães e italianos, sendo Rio do Sul o município de maior representatividade econômica. O Alto Vale do Itajaí é formado atualmente por 28 municípios, correspondendo a 7,68% da área total do Estado de Santa Catarina. A população é de 269.424 sendo 97.312 habitam em área rural e 171.112 em área urbana (IBGE, 2010).

O Alto Vale do Itajaí apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,731 (média dos municípios), abaixo da média estadual de 0,77 (ATLAS BRASIL, 2017). O PIB a preços correntes do Alto Vale do Itajaí ficou em R\$8.285.923 milhões, em 2014, o que equivale a 3,42% do PIB estadual. O município com maior participação no PIB foi Rio do Sul como valor equivalente a 28,25% do total. Quanto ao PIB per capita, o maior foi no município de Braço do Trombudo, R\$54.338,80. Dentro todos os municípios do Alto Vale do Itajaí o que obteve menor PIB foi o município de Mirim Doce com o valor de R\$46.484 mil, ou seja, 0,56% do total para a região, também obteve o menor PIB per capita dentre todos os municípios R\$18.973,07, considerando que todos os valores apresentados são para o ano de 2014. (IBGE, 2017).

Outro aspecto econômico pesquisado foi o valor adicionado, o Alto Vale do Itajaí apresenta os seguintes resultados de valor adicionado por área: os serviços exclusive administração, saúde, educação públicas e seguridade social, possui grande importância para a região e representa 38,8% do total do valor adicionado da região; a indústria apresenta-se em segundo lugar, com 26,8% seguido de administração, saúde, educação pública e seguridade social com 13,3% de participação no total, a agropecuária representa 12,5% do total do valor adicionado da região e por último com 8,8% esta os Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes. (IBGE, 2017).

Nos dados coletados no Atlas Digital da Economia Solidária, apenas 17 municípios do Alto Vale do Itajaí aparecem na pesquisa com empreendimentos de economia solidária, totalizando 34 empreendimentos registrados. Os empreendimentos situam-se em sua maioria na área rural dos municípios. Rio do Sul mesmo sendo a cidade de maior representação não tem nenhum empreendimento registrado. Dos 34 EES do Alto Vale do Itajaí, podemos afirmar segundo o quadro a seguir, que 85,29% dos estabelecimentos atuam na área rural de seus municípios, e 14,71% na área urbana.

Quadro 1 – Resultados obtidos da base de dados do atlas digital da economia solidária (dados de 2013).

28		NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ						
17		NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM EES REGISTRADOS						
34		NÚMERO DE EES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ						
Área de atuação do Empreendimento de Economia Solidária nos municípios do Alto Vale do Itajaí.								
Rural e Urbana		Urbana		Rural		TOTAL		
0		5		29				
Categoria social dos sócios nos EES do Alto vale do Itajaí - valores por empreendimento.								
Não se aplica ou não há predominância		Outros trabalhadores autônomos/por conta própria		Agricultores familiares		TOTAL		
4		3		27				
Número total de sócios (homens e mulheres)-considerando apenas os sócios pessoas físicas.								
Variância		Padrão		Soma	Máximo	Mínimo	Média	TOTAL
1220		77		2337	1997	1804	1880	
Forma de organização dos EES do Alto vale do Itajaí - valores por empreendimento.								
Sociedade mercantil		Cooperativa		Associação		Grupo informal		TOTAL
2		2		28		2		
Principais atividades econômicas realizadas pelo EES no Alto vale do Itajaí								
Consumo uso coletivo de bens e serviços pelos sócios		Produção ou produção e comercialização		Prestação do serviço ou trabalho a terceiros		Poupança, crédito ou finanças solidárias	Troca de produtos ou serviços	TOTAL
1		28		3		1	1	
Principais conquistas do EES								
Integração do grupo /coletivo		Autogestão e o exercício da democracia		Geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios			TOTAL	
14		5		31				
Outra		Conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais		Conquistas para a comunidade local: moradia, escola, infraestrutura			TOTAL	
2		5		3				
Os principais desafios do empreendimento								
Viabilizar economicamente o empreendimento		Garantir proteção social, previdência, assistência e saúde para os sócios		Manter a união do grupo/coletivo		Gerar renda adequada aos sócios		TOTAL
10		5		18		31		
Outro	Efetivar a participação e a autogestão	Promover a articulação com outros EES e com o movimento de ES		Alcançar maior conscientização ambiental dos sócios		Alcançar a conscientização e a politização dos sócios		TOTAL
1	3	11		9		4		
O EES Realizou algum investimento no empreendimento nos últimos 12 (doze) meses								
Não			Sim				TOTAL	
16			18					
Tipo de investimento realizado no EES								

Comunicação / divulgação	Capacitação de mão-de-obra	Equipamentos: aquisição renovação	Ampliação de estoque, matérias-primas	Abertura de lojas/espacos de comercialização	Infraestrutura física, prédios, construções etc.		
4	4	15	5	1	7		TOTAL
Se o empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses.							
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve			Buscou e obteve crédito ou financiamento		Não buscou crédito ou financiamento		
1			5		28		TOTAL
Principais espaços de comercialização para EES com foco na produção.							
Outro	Entrega direta a clientes	Feiras de economia solidária e/ou agroecologia	Feiras e exposições eventuais/especiais	Feiras livres	Espacos de venda coletivos, centrais de comercialização – ceasa	Lojas e espacos próprios	Nº EES
9	22	3	7	6	2	1	28
							TOTAL
Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento.							
Outros	Empresas privadas de produção	Órgão governamental		Revendedores/ atacadistas		Direta ao consumidor final	Nº EES
3	7	1		12		23	28
							TOTAL
Origem da matéria prima ou do insumo (PRODUÇÃO)							
Produtores não sócios		Próprios associados		Empresa privada		Nº EES	
2		15		18		28	
							TOTAL

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados retirados do Atlas da Economia Solidária, 2016.

As famílias do meio rural estão acostumadas a compartilhar experiências e trocar serviços entre si, o que favorece a criação de um empreendimento de economia solidária na comunidade ou no meio, uma vez que, já estão habituadas a associar-se e a autogerir suas propriedades. A partir dos dados obtidos, vemos que entre os sócios dos empreendimentos a predominância na categoria social dos sócios é de agricultores familiares.

Em relação ao número total de sócios homens e mulheres, conforme o quadro 1, os 34 EES contam com a soma de 2.337 sócios, sendo que 79,79% da média dos sócios estão vinculadas ao EES de Dona Emma. Entre os sócios que participam de algum empreendimento, os homens são a maioria, com um total de 1.721, enquanto as mulheres não ocupam nem a metade da quantidade de homens, no total 616 mulheres.

A forma de organização mais frequente entre os EES dos municípios pesquisados é a do tipo associação, 28 (82%) dos 34 estabelecimentos classificam-se nessa forma de organização. Os demais EES estão divididos em partes iguais entre grupo informal, cooperativa e sociedade mercantil (2 para cada). Apesar de as cooperativas terem grande relevância dentro da economia solidária, elas não são tão representativas nos EES do Alto Vale do Itajaí.

Sobre as atividades econômicas exercidas pelos EES, a principal está ligada a produção

e comercialização de produtos, totalizando 28 empreendimentos. A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios é a principal conquista dos EES. Para essa afirmação, 31 empreendimentos apontaram como sendo a principal conquista juntamente com integração do grupo/coletivo - essa opção foi a classificação que obteve o segundo maior número de resultados, sendo a opção marcada por 14 EES. Podemos destacar esse item como importante no que se refere a definição de economia solidária num todo juntamente com o item descrito como comprometimento social dos sócios.

A maioria dos EES enfrentam diversos desafios desde sua idealização até a sua efetivação e funcionamento. Os sócios e idealizadores passam por inúmeras dificuldades seja de estruturação ou cotidiana. A presente pesquisa levantou esses dados em seu questionamento e segundo o quadro 1, verificamos que gerar renda adequada é o principal desafio enfrentado pelos sócios dos EES no Alto Vale. Outro item que apresentou um número expressivo foi a opção de manter a união do grupo, mesmo que apontado como uma conquista, muitos veem como um desafio manter essa união. Promover a articulação com outros empreendimentos de ES e viabilizar o empreendimento também são tidos como principais desafios enfrentados e foram classificados por 11 e 10 estabelecimentos respectivamente.

Outro questionamento feito foi da realização de investimento nos EES (nos 12 meses anteriores ao mapeamento), dos 34 estabelecimentos, 18 realizaram algum tipo de investimento que representa 53% do total dos empreendimentos pesquisados. Os outros 16 estabelecimentos não realizaram investimentos. Sobre o tipo de investimento, o mais representativo foi em aquisição ou renovação de equipamento, apontado por 83% dos estabelecimentos que investiram. A infraestrutura física, prédios, construções aparece como o segundo investimento de maior opção entre os estabelecimentos, seguido de ampliação de estoque de matéria-prima, capacitação de mão-de-obra e comunicação/divulgação.

Muitos estabelecimentos dependem de crédito e financiamento para realizar os investimentos, quanto a origem dos recursos dos investimentos, 28 dos 34 estabelecimentos de ES não buscou crédito ou financiamento. Dos que buscaram, 5 obtiveram crédito e 1 não obteve, lembrando que 18 estabelecimentos investiram nesse período.

Podemos observar que 22 empreendimentos que desempenha atividades de produção entregam diretamente a seus clientes, ou seja, tem negociação mais próxima e direta com seus consumidores. As feiras também aparecem nessa pesquisa como opção de comercialização de produtos, ela está dividida em feiras livres e exposições especiais, que somaram 13

empreendimentos. Após saber quais são os espaços de comercialização da produção, necessitamos averiguar a quem se destina a comercialização, e para os 28 Empreendimentos que se caracterizam pelo processo de produção, 23 atuam com a venda direta aos consumidores, 12 comercializam com revendedores ou atacadistas, 7 comercializam com empresas privadas e apenas 1 comercializa com órgão governamental. Nenhum dos empreendimentos caracterizados pela produção e comercialização de seus bens vende ou troca com outros EES.

Para que o empreendimento produza, é necessário a obtenção de matéria prima ou insumos. As empresas privadas são a maioria dos fornecedores de matéria prima e insumos para os EES juntamente com fontes de recursos dos próprios associados. São eles que abastecem o empreendimento com os insumos que serão beneficiados ou não e depois serão vendidos em canais e compradores acima descritos. Para esse caso nenhum dos 28 empreendimentos de ES de produção e comercialização adquire seus insumos ou matérias prima de instituições filantrópicas, órgãos públicos ou ainda de outros EES.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral deste artigo foi analisar as iniciativas econômicas que se enquadram no sistema de economia solidária, na região do Alto Vale do Itajaí - SC, no período recente e procurou-se identificar as principais atividades praticadas pelos participantes dos projetos de economia solidária, no Alto Vale do Itajaí, que podem fomentar um desenvolvimento sustentável na região; buscou-se ainda conhecer os programas de incentivo de implantação a projetos de economia solidária na agricultura familiar e analisar o perfil dos participantes dos projetos de economia solidária no Alto Vale do Itajaí.

No que se refere a iniciativas econômicas constatou-se que nem todos os municípios do Alto Vale estão inseridos nos EES. Não foi possível identificar os motivos pelos quais alguns municípios não têm empreendimentos, todavia seria interessante aprofundar a pesquisa em outra oportunidade. Os empreendimentos de ES estão relacionados fortemente com o meio rural, ou seja, a Economia Solidária tem sido uma alternativa para a população rural do Alto Vale. Os trabalhadores do sexo masculino são a maioria entre os sócios, o que não significa necessariamente que a maioria dos envolvidos sejam homens, haja vista que o empreendimento pode estar registrado dessa forma, mas as mulheres também se encontram envolvidas.

Dentre as conquistas alcançadas pelos EES a geração de renda para os sócios foi a principal dentre as várias alternativas. Porém eles enfrentam muitos desafios até alcançar determinadas conquistas, e gerar a renda adequada é o principal deles juntamente com manter a união dos membros, em outras palavras, mesmo que a principal conquista dos EES seja a geração de renda aos sócios, a mesma não é adequada ou suficiente para manter-se somente do empreendimento, e acaba apenas como um complemento à renda já existente.

Para que o empreendimento possa acompanhar o mercado ele precisa de produtos de qualidade e preços atrativos, com isso os EESs buscam melhorias em forma de investimentos através de créditos e financiamentos, apenas 8 dos 34 EES do Alto Vale do Itajaí utilizou de recursos próprios para fazer investimentos. Isso nos mostra que a maioria dos EES é dependente de instituições credoras e não são autossuficientes para bancar os investimentos.

A pesquisa ainda nos mostrou que a integração entre os empreendimentos de ES da região é praticamente nula, onde não há venda ou troca entre si seja de matéria-prima e insumos ou bens e serviços acabados. Com a troca de informações o produtor desenvolveria novas técnicas, às quais poderiam ser melhor aproveitadas caso trabalhassem em conjunto ou tivessem local apropriado, como maquinário e equipamentos para determinadas tarefas, que poderiam usufruir em conjunto. Essa integração poderia gerar mais benefícios aos empreendimentos, visto que a essência da economia solidária é a cooperação mútua entre sócios do empreendimento e colaboração entre os outros demais estabelecimentos.

Através da pesquisa constatamos que, apesar da economia solidária ser um sistema bastante atraente para pequenos grupos ou grupos mais vulneráveis, ela ainda é desconhecida pela maioria ou muitas vezes com visão distorcida de seus objetivos. Pequenos grupos e órgãos municipais dificilmente conseguem fazer um trabalho de divulgação ou orientação que atinja a população com intuito de despertar o desejo de empreender de forma alternativa à ordem imposta pelos mercados convencionais. Muitas vezes esses empreendimentos partem da necessidade dos próprios sócios de obterem renda para subsistência ou complementação da pouca já existente ou ainda mediante alguma dificuldade enfrentada no cotidiano. O consumo solidário ainda é pouco explorado pelas pessoas, haja vista que, através de mobilizações comunitárias poderiam usufruir de melhores benefícios em suas atividades, valorizando a cultura local e o incentivo mútuo.

O Alto Vale do Itajaí tem capacidade para instalar e aumentar os empreendimentos de economia solidária. As associações de bairros poderiam organizar feiras e incentivar a produção e comercialização dos produtos na localidade, interagir com outros bairros em feiras

municipais, motivar outros municípios a fazer o mesmo. Contudo, a falta de conhecimento gera dúvida e compromete possíveis projetos futuros. A nível mundial tem-se vários exemplos de cooperativas e associações que deram certo e ajudaram determinada localidade a desenvolver-se com qualidade, vale buscar esses exemplos e adaptar a realidade local com um projeto bem estruturado e apoio adequado de órgãos públicos e da comunidade em geral.

Esclarecer para a população sobre as possibilidades na economia solidária é incentivar a cooperação. Disseminada como algo possível e de fácil acesso aos grupos sociais, através do trabalho coletivo e associativo, com benefícios mútuos, a economia solidária pode incentivar o consumo consciente e valorização da cultura e do indivíduo. Todavia é necessário o amparo de instituições e órgãos públicos para que os empreendimentos solidários cresçam e não padeçam em seus primeiros momentos de criação e idealização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Participação em foco. Conselho Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <<https://goo.gl/k2T8XT>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m)> Acesso em 22 dez. 2016

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano nacional de economia solidária (2015- 2019)**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Disponível em: <<https://goo.gl/nYyGfX>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados**: Santa Catarina. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc)>. Acesso em: 22 dez. 2016.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Economia Solidária**. Disponível em: <[www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria](http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Princípios da Economia Solidária**. Esaf. Brasília/DF: 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/RvzbZ1>>. Acesso em: 27 out. 2016.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, n. 7, p. 35-47, 2006.

Disponível em: <<https://goo.gl/risJ6D>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SCHIOCHET, Valmor; STOCK, Andrei. **Organização Associativa da Agricultura Familiar no Território Rural do Alto Vale do Itajaí**. Dinâmicas Socioeconômicas no Território – III SEDRES, Blumenau (SC). Disponível em: <<https://goo.gl/9KdJsR>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios**. Economia solidária e Políticas Públicas. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_instituionalizacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_instituionalizacao.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SILVA, Adelphino Teixeira da. **Iniciação à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <[www.oescj.org.ec/pdf/biblioteca/libros/Introdu-Economia-Solidaria.pdf](http://www.oescj.org.ec/pdf/biblioteca/libros/Introdu-Economia-Solidaria.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2016.

SINGER, Paul. **Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES) Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise**. n. 56, fev 2014. Ipea. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2017.

SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2017. Disponível em: <[sies.ecosol.org.br/sies](http://sies.ecosol.org.br/sies)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

*Recebido em 20 de junho de 2017 e aceito em 22 de junho de 2017.*

## CULTIVANDO SABERES: HORTAS FAMILIARES, SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PLANALTO SERRANO CATARINENSE

Amanda Farias Leão<sup>1</sup>

Nádia da Silva<sup>2</sup>

Natalia Camargo Rodrigues<sup>3</sup>

Nicole Orsi<sup>4</sup>

Zilma Isabel Peixer<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o processo de implementação de propostas de Agricultura Urbana no município de Curitibanos/SC. A partir de 2013 o PET: Ciências Rurais (UFSC) inicia o projeto na perspectiva de duplicar a tecnologia social proposta pelo LECERA/CCA/UFSC, que tem como um de seus objetivos o incentivo a formação de hortas em espaços urbanos. O trabalho iniciou pelo bairro São Luiz em parceria com organizações da sociedade civil, entidades governamentais e religiosas, foi ampliado em 2016 com atividades na APAE/Curitibanos. Esse projeto pauta-se em experiências solidárias articulando práticas e incentivos a realização de hortas nas famílias e ações educativas através de hortas e jardins terapêuticos. Desta forma contribui para produção alimentar familiar, com inferências na educação alimentar e nutricional, bem como, delineando espaços culturais e interacionais entre os jovens e suas famílias. Enquanto resultado observa-se a contribuição para processos de inclusão social, saúde, qualidade de vida e cidadania, com a consequente valorização do conhecimento, saberes e fazeres na produção alimentar e nas práticas de economia solidária. É nesse sentido que muitas experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana são realizados.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana; Horta Comunitária; Soberania e Segurança Alimentar; Agroecologia.

## CULTIVATING KNOWLEDGE: HOME GARDEN, FOOD SECURITY AND EDUCATIONAL PRACTICES AT PLANALTO SERRANO CATARINENSE

**Abstract:** This article analyzes the process of implementation of Urban Agriculture proposals at the county of Curitibanos/SC. Since 2013 PET: Rural Sciences (UFSC) begins the project

---

<sup>1</sup> Cursando Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista PET: Ciências Rurais (MEC/FNDE). Email: manditawin@gmail.com.

<sup>2</sup> Cursando Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista PET: Ciências Rurais (MEC/FNDE). Email: nadia.nadianadiasilva@gmail.com.

<sup>3</sup> Cursando Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista extensão. Email: natili\_rodrigues@hotmail.com.

<sup>4</sup> Cursando Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista PET: Ciências Rurais (MEC/FNDE). Email: nicoleorsi11@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutora em Ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Email: zilma.isabel@ufsc.br.

expecting to duplicate the social technology proposed by LECERA/CCA/UFSC, which has as one of its objectives the encouragement of the formation of vegetable gardens in urban spaces. The work started at the neighborhood of São Luiz in partnership with civil society organizations, governmental and religious entities, and was expanded in 2016 with activities at APAE/Curitibanos. This project is based on solidarity experiences articulating practices and incentives for the realization of gardens with the families and educational actions through gardens and therapeutic gardens. In this way it contributes to family food production, with inferences in food and nutritional education, as well as, outlining cultural and interactional spaces between the youth and their families. As a result the contribution to processes of social inclusion, health, quality of life and citizenship is observed, with the consequent valorization of knowledge, wisdom and practices in food production and solidarity economic practices. It is in this sense that many experiences involving the construction of community gardens and urban agriculture are realized.

**Keywords:** Urban Agriculture; Community garden; Sovereignty and Food Security; Agroecology.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN (2012) o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionado ao direito de todas as pessoas estarem livres da fome e de se alimentarem de forma saudável e adequada às suas culturas, com acesso de forma permanente e regular a alimentos e que estes sejam de qualidade. É nesse sentido que muitas experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana vem se constituindo nos últimos anos. Aliando práticas e saberes da agricultura familiar com grupos e pessoas que moram em áreas urbanas e sem acesso à terra para produção em escala comercializável, mas que podem produzir em pequena escala, garantindo parte de sua alimentação.

Em 2013 a UFSC/Curitibanos, através do Programa de Educação Tutorial: PET-Ciências Rurais iniciou um programa de incentivo às práticas de Agricultura Urbana. Baseado numa experiência desenvolvida na UFSC/Florianópolis pelo LECERA, o PET: Ciências Rurais articulou um programa semelhante no município de Curitibanos, tendo como objetivo, implementar hortas comunitárias e/ou familiares. Este artigo apresenta e discute essa experiência do PET, na implantação de uma horta comunitária na periferia urbana, em uma comunidade economicamente fragilizada do município de Curitibanos (SC) e também a ampliação do projeto e vinculação com a Instituição APAE de Curitibanos (SC).

No item Agricultura urbana e desenvolvimento de tecnologias sociais apresenta-se os princípios que articulam as experiências de agricultura urbana e tecnologias sociais; no item

seguinte, apresenta-se a experiência de implementação no Bairro São Luiz; Já no item Hortas familiares e Jardins Sensoriais: a parceria com a APAE/Curitiba, apresenta-se a ampliação do projeto com a Associação e os desdobramentos com a criação de jardim sensorial. Finalizando com os principais resultados e perspectivas das atividades de agricultura urbana, cultivando saberes através de hortas familiares/urbanas e práticas educativas na região.

## **2 AGRICULTURA URBANA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS**

Alimentos saudáveis e seguros, em quantidade suficiente, economicamente viáveis, ambientalmente e socialmente justo, com custo baixo para as famílias consumidoras e rentáveis para as famílias produtoras, esses são alguns dos desafios para garantir a alimentação humana na contemporaneidade. Segundo o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionado ao direito de todas as pessoas estarem livres da fome e de se alimentarem de forma saudável e adequada às suas culturas, com o acesso de forma permanente e regular aos alimentos de qualidade (FBSSAN, 2017). É nesse sentido que muitas experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana (AU) são realizados. Aliando práticas e saberes da agricultura familiar com grupos e pessoas que moram em áreas urbanas e sem acesso à terra para produção em escala comercializável, mas que podem produzir em pequena escala, garantindo parte de sua alimentação.

Conforme destacado pela FAO no documento Cidades Verdes: A horticultura urbana e periurbana ajuda as cidades em desenvolvimento a enfrentar esses desafios. “Primeiro, contribui para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo. Segundo, melhora o acesso econômico dos pobres aos alimentos quando a produção familiar de frutas e hortaliças reduz os gastos com alimentos e quando os produtores obtêm renda com as vendas” (2012, p. 8) E também é importante destacar nesse processo a diminuição dos custos ambientais com a produção e comercialização, além de contribuir com a diminuição das longas cadeias de distribuição alimentar, reduzindo o impacto na pegada ecológica.

O incentivo, a práticas de agricultura urbana integram o rol de tecnologias sociais (TS). O conceito de tecnologias sociais utilizado no Brasil é amplo e diverso, até mesmo contrastante, como salienta Dagnino (2009) podendo abranger "desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm

como objetivo a construção de uma sociedade socialista" (2009, p. 9). Nessa visão abrangente compreende o desenvolvimento, de produtos, técnicas, processos e metodologias que permitam contribuir para a resolução de problemas vivenciados nas comunidades, perpassando conceitos de sustentabilidade ambiental e social. Uma das definições mais usuais é a proposta pela "rede de tecnologia social" que a define como "produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social" (DAGNINO, 2009).

Nesse contexto inserem-se atividades de promoção a agricultura urbana e ou hortas urbanas, que apresentam uma diversidade de formas e escalas, podendo ser unifamiliares ou plurifamiliares. No desenvolvimento dessas tecnologias sociais voltadas a implementação de hortas urbanas, podemos destacar: cultivo com fins comerciais e o cultivo voltado prioritariamente para o autoconsumo. Ambas são importantes no delineamento de estratégias de vida das populações locais e no desenvolvimento de estratégias de acesso a alimentação saudável.

O incentivo ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é recente no Brasil, durante a existência do Ministério do Desenvolvimento Social (2004–2016), um de seus objetivos era incentivar os poderes públicos municipais no desenvolvimento de experiências de agricultura urbana e periurbana, constituindo-se diversas experiências de AUP articuladas com práticas de economia solidária. Nessas experiências, articulam-se poderes públicos, universidades e outras entidades. É nesse contexto que se insere a ação do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA). O grupo foi fundado em 2006, no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no município de Florianópolis (SC). Promove ações de ensino, pesquisa e extensão, principalmente voltado a conhecimentos científicos direcionado a populações em vulnerabilidade social. Entre essas ações desenvolve programas de incentivo a Agricultura Urbana, articulando ações para o desenvolvimento dessa tecnologia social. Em 2013 essa proposta de tecnologia social, iniciada pelo LECERA passou a ser replicada no município de Curitiba (SC), por intermédio do PET: Ciências Rurais.

Os Programas de Educação Tutorial - PET foram criados em 1979 pelo Governo Federal, através da CAPES, sendo posteriormente em 1999, integrado ao MEC. Nesse período chamava-se Programa Especial de Treinamento, somente em 2004 passou a denominar-se Programa de Educação Tutorial (MEC, 2006). O PET tem como objetivo apoiar acadêmicos de instituições de ensino superior, com tutoria de docentes, baseando-se na tríade ensino,

pesquisa e extensão. Na Universidade Federal de Santa Catarina, Campus de Curitibanos o PET: Ciências Rurais, foi fundado no ano de 2010, atuando com enfoque na Agroecologia.

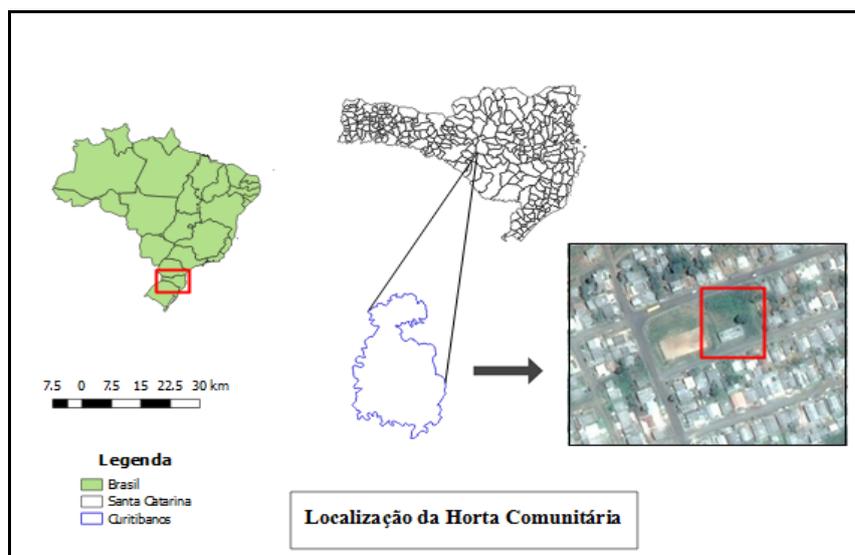
A partir de 2013, o PET: Ciências Rurais inicia uma linha de atuação voltada ao desenvolvimento de hortas comunitárias, buscando expandir a tecnologia social proposta pelo LECERA. Mediante articulação entre o Poder Público Municipal, a Universidade, instituições locais, tais quais Associações de Bairro, Cáritas e APAE, visando sensibilizar e colaborar no planejamento da criação de hortas comunitárias, abrangendo famílias residentes em áreas fragilizadas na área urbana, nessa experiência iremos relatar no próximo item.

### **3 A HORTA COMUNITÁRIA NO BAIRRO SÃO LUIZ**

A partir de 2013, na perspectiva de duplicar e fortalecer a tecnologia social, a equipe PET insere-se em ações sociais, através da implantação de uma horta comunitária no bairro São Luiz (Curitibanos/SC), o qual se caracteriza por apresentar significativa vulnerabilidade socioeconômica. As estratégias de desenvolvimento baseiam-se nos preceitos da agroecologia, envolvendo a comunidade por intermédio da atuação da equipe PET: Ciências Rurais e de outros estudantes e professores que participam do projeto. A atividade iniciou através de articulações e formação de parceria com a prefeitura municipal, grupos organizados no bairro, entre eles o grupo de mulheres e outras entidades com atuação no bairro. Foi escolhido e disponibilizado parcialmente pela prefeitura uma área pública existente no bairro.

O terreno em que a horta foi instalada localiza-se em espaço em que anteriormente funcionava um posto de saúde. Esse posto que já estava desativado há três anos, estava com a construção física em total abandono e sem possibilidade de uso. A parte que foi cedida para realização da horta fica nos fundos da construção existente. Na figura 1 podemos observar a localização do município de Curitibanos e da horta no bairro.

**Figura 1** — Localização da horta comunitária no bairro São Luiz – Curitiba



Fonte: Autores, 2017.

Com relação ao espaço, é importante observar que esse era um espaço de disputa na localidade, de uma área pública com benfeitorias de uso comunitário (posto de saúde e sala para reunião de grupos de mulheres), foi abandonada com o fechamento do posto de saúde, não sendo mais utilizada pelo poder público e nem abrigando atividades comunitárias. Transforma-se numa área depredada e de uso por grupos marginalizados na comunidade, entre eles usuários de droga. Na figura 2 podemos observar esse espaço.

**Figura 2** — Imóvel abandonado que abrigava o posto de saúde no bairro.



Fonte: PET- Ciências Rurais 2014.

Nos dois primeiros anos, transcorreu o planejamento das atividades, articulação para cedência do espaço, organização e preparação da horta e iniciativas com intuito de sensibilizar a comunidade. Neste período, efetuaram-se ações abertas ao público objetivando estimular o envolvimento da comunidade no projeto, para tal, a equipe realizou diversas oficinas preparatórias, incentivando a troca de saberes entre a universidade e a comunidade.

Além de atividades práticas no espaço, realizou-se a distribuição de mudas, eventos e apresentações divulgando as atividades do projeto. Ademais, nestas ocasiões, buscou-se compreender as necessidades e carências vivenciadas pela população local. Durante o desenvolvimento das atividades, com desempenho prático de encontros e mutirões, foi possível preparar o terreno, criar os canteiros, plantar mudas, fazer a limpeza periódica e controle de espécies invasoras e pragas potenciais, além da irrigação e colheita dos cultivos (Figura 3). Com isto, foram cultivadas uma vasta diversidade de hortaliças de interesse dos participantes, sendo que os produtos gerados na horta comunitária, posteriormente a sua colheita, realizada por integrantes da equipe PET, eram distribuídos entre o grupo da comunidade presente nas ações coletivas efetuadas.

**Figura 3** — Equipe do PET e Comunidade envolvidos nas atividades da horta comunitária no bairro São Luiz - Curitibaanos (SC).



Fonte: PET- Ciências Rurais 2013-2015.

Assegurando que não se utilizasse agrotóxicos na horta, o plantio das espécies sucedeu apenas com materiais orgânicos e adubo verde, utilizando de biofertilizantes e compostos produzidos nas oficinas.

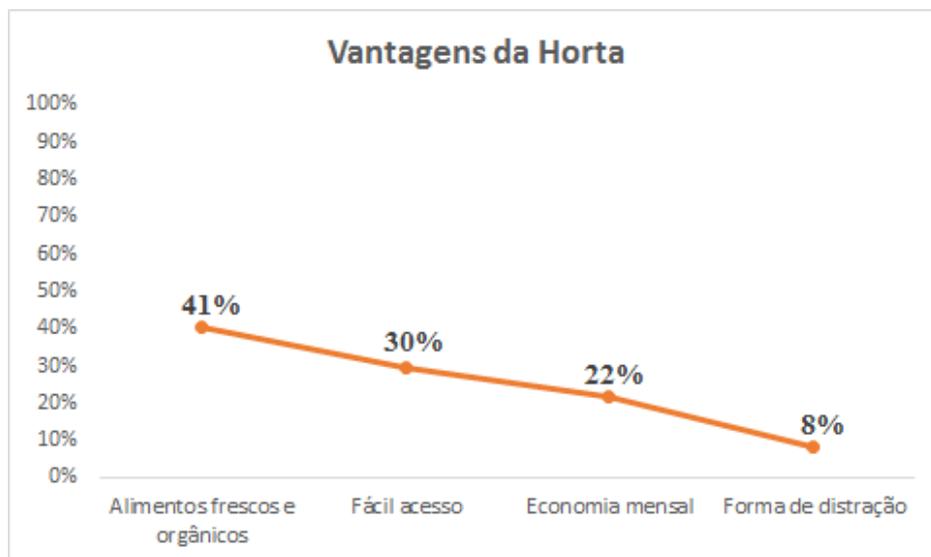
A fim de identificar as percepções da comunidade sobre o projeto, foi realizado no bairro um levantamento de opinião com 37 moradores, aos entrevistados foi questionado sobre experiências com cultivo de plantas e também questões sobre a horta comunitária. Na entrevista os moradores foram questionados sobre a existência de hortas em suas casas, das vantagens que eles viam em ter uma horta e das dificuldades da manutenção e manuseio das mesmas.

Foi questionado, se os moradores conheciam a horta comunitária no bairro São Luiz, e a maioria destes, cerca de 65% conhecem o projeto e 35% não. Ao perguntar se os moradores teriam interesse em participar do projeto, 22 responderam que sim, 13 que não e apenas 1 deixou nula a resposta. Indagou-se também sobre a opinião de a horta ser importante, cerca de 92% responderam favorável a esta, 5% que não, e 3% apresentaram resposta nula.

Dos entrevistados, 57% possuíam horta em seu domicílio, os demais 43% não. Com relação, aos que não tinham horta em casa, abordou-se quais as principais dificuldades para tal, sendo: a falta de espaço considerado o principal obstáculo para 27% dos entrevistados, seguido das dificuldades inerentes ao cultivo (24%) e a dificuldade em reservar um tempo para cuidar das plantas (11%).

A partir das respostas dos entrevistados, percebemos que quem não participava da horta, sabia da existência da mesma, os que não participavam do projeto alegaram não possuir tempo ou já tinham suas próprias hortas em casa, não tendo assim interesse em participar de um projeto coletivo. Alguns moradores também mencionaram que a escolha do local para a horta comunitária não tinha sido das mais adequadas, pelo histórico de violência no local. Porém, a maioria dos entrevistados participantes ou não, conhecedores ou não do projeto consideravam que a principal vantagem das hortas é a produção de alimentos orgânicos. Além disso, a horta torna-se interessante, devido a facilidade de adquirir os alimentos quando a fonte é no quintal ou em horta comunitária e ainda por acrescentar para a economia mensal das famílias (Figura 4).

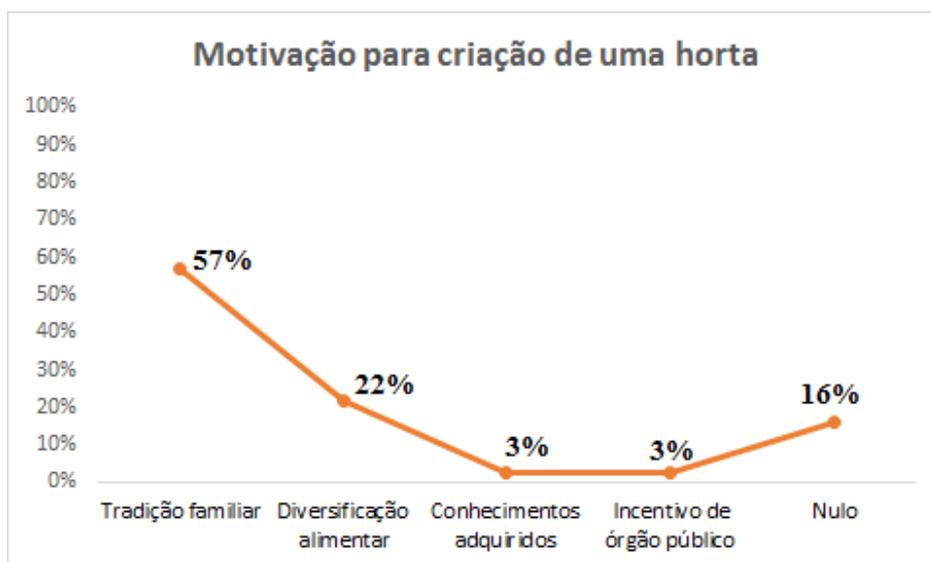
**Figura 4** — Questionamento acerca das vantagens da horta, perante a comunidade.



Fonte: Autores, 2016.

Observa-se ainda que existe uma resistência, por uma parcela da comunidade local, em interagir e expor suas opiniões, o que pode ser verificado em alguns dos dados da entrevista. Acerca da motivação para a criação de uma horta em seus domicílios, nota-se que a maior porcentagem dos entrevistados (57%) indicam ser uma tradição familiar, das gerações, cultivar hortas, enquanto que a diversificação alimentar (22%) se fez presente como sendo estímulo para tal (Figura 5).

**Figura 5** — Indagação sobre a motivação dos moradores para o estabelecimento de uma horta.



Fonte: Autores, 2016.

O projeto de atuação na comunidade teve diversas fases, quando consideramos a participação da população, houve um grupo de 10 mulheres que assumiram o projeto e contribuíram conforme suas possibilidades (idade, condições físicas, cuidados familiares, doenças na família), momentos de grande participação de outras pessoas da localidade e outros de redução. Esses momentos refletem além de questões individuais, ocasiões de tensão na comunidade, de disputa do local (com queima de pneus na horta, depredação dos cultivos, intimidação das pessoas que cuidavam cotidianamente da horta e contínua depredação do imóvel existente no local), de tempos diferenciados de ação das instituições (prefeitura, universidade e outros) e acompanhamento da equipe.

Uma das grandes dificuldades sentidas pelas pessoas da comunidade que assumiram o projeto da horta era a relativa insegurança do espaço onde estava a horta, houve episódios de vandalismo e disputa pelo uso do local. Em termos de apoio público, havia também uma incerteza sobre o uso do espaço, com destinos e projetos simultâneos iniciados pela prefeitura, com tentativas de doação ou cessão de uso da edificação presente no local para entidades assistenciais do município ou ainda, proposta de direcionamento do espaço para construção de casas populares. Essas incertezas e disputas contribuíram para fragilizar a existência da horta nesse espaço.

Houve, nesse sentido, uma nova proposta de mudar a horta comunitária, usando agora um espaço vinculado a entidade religiosa Cáritas, que disponibilizou terreno com espaço para o grupo de mulheres realizarem a horta no local. E assim, após articulações através de rodas de conversa e oficinas, determinou-se pelo grupo a criação de nova horta, no espaço do Cáritas, contando com apoio de outras instituições. Essa horta permanece até os dias atuais, sendo mantida pelo grupo de mulheres em parceria com trabalho voluntário de grupos de jovens de uma associação local que realiza o trabalho contínuo com a horta. Nesse momento encerra-se a atuação principal do grupo PET no Bairro, cumprindo com o objetivo inicial de incentivar a formação de hortas comunitárias, direcionando a atividade no local para o desenvolvimento de horta medicinal com as mulheres que participaram desde o início do projeto.

#### **4 HORTAS FAMILIARES E JARDINS SENSORIAIS: A PARCERIA COM A APAE/CURITIBANOS**

No ano de 2016, o projeto da Agricultura Urbana teve sua atuação ampliada com à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Curitiba, em uma nova experiência articulando práticas e incentivos à prática da agricultura no espaço urbano e mecanismos educativos através de hortas e jardins terapêuticos, visando desenvolver práticas de agricultura urbana junto a famílias cujos filhos estudam na APAE, construindo espaços de produção alimentar, delineando espaços eco culturais interacionais entre os jovens e suas famílias e contribuindo para a educação alimentar e nutricional, a partir do consumo e da produção de alimentos em hortas domésticas com bases agroecológicas.

Junto com a equipe profissional da APAE ficou definido a realização de projeto piloto com dez famílias, cujos filhos são alunos na APAE. O critério de participação envolveu interesse e disponibilidade por parte das famílias. Definidas as famílias, iniciou-se o projeto A elaboração e manutenção das hortas, tiveram auxílio e orientação de alunos de graduação dos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Catarina, que fazem parte do projeto da Agricultura Urbana ou que integram o Programa de Educação de Tutorial (PET).

Há caráter diversificado que permeia a presente proposta, tanto no âmbito escolar quanto no comunitário, uma vez que o tema vai além da discussão produtiva. Há assuntos igualmente importantes que também são tratados como saúde, cultura, educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, planejamento urbano, gestão dos resíduos sólidos, organização social comunitária, geração de emprego e renda, economia doméstica, entre muitos outros.

As visitas às famílias eram realizadas periodicamente, em intervalos de tempo acordados entre as famílias e os alunos participantes do projeto. Foram realizadas oficinas com as famílias, com apresentação de exemplos de hortas domésticas, compostagem, de elaboração de hortas, entre outras questões, permitindo diálogos com as famílias. Na figura 6 podemos observar um desses momentos.

**Figura 6** — Encontro e oficina com algumas das famílias da APAE.



Fonte: PET- Ciências Rurais, 2016.

Posteriormente, grupos alternados de participantes do projeto da Agricultura Urbana e de integrantes do grupo PET realizaram visitas às casas das famílias selecionadas, para apresentação do planejamento e objetivo do projeto, análise do espaço de inserção das hortas e definição das estratégias de realização da horta com a família. Durante o ano as famílias receberam os participantes do projeto em suas casas, os quais forneceram suporte ao longo do processo de introdução e manutenção da horta, esclarecendo dúvidas em relação a processos como preparo do solo, plantio de mudas e sementes, colheita, rotação de culturas, controle de pragas e doenças por métodos agroecológicos e os cuidados básicos ao longo do desenvolvimento e maturação das plantas.

Além das atividades com as famílias, foi realizado um minicurso sobre como realizar atividades com pessoas com deficiência e quais são suas maiores dificuldades, que foi ministrado pelos técnicos administrativos, assistentes sociais, psicólogos e fisioterapeutas da APAE, onde todos os integrantes do grupo PET - Ciências Rurais e as bolsistas do projeto se fizeram presente (Figura 7). Na figura 7 podemos observar alguns desses momentos de trabalho e de oficina realizados pelo grupo.

**Figura 7** — Momentos do projeto.



Fonte: PET - Ciências Rurais, 2016.

Em um ano de trabalho com a APAE articula-se uma nova etapa e novo desafio, implementar além das hortas familiares, um jardim sensorial na instituição APAE. Desta forma entre as hortas e o jardim, estimular espaços educacionais e eco interacionais. Entrelaça-se uma perspectiva de construções hortas e de jardins terapêutico como espaços socio-educativos, que intensificam práticas e vivências educativas.

A criação de jardins ou espaços de contato com a natureza, tem auxiliado em sistemas de tratamentos e cuidados com a saúde. Este, já foi utilizado de diversas formas pelas sociedades humanas em seus sistemas de cura. Jardins terapêuticos, jardins sensoriais, jardins de cura, jardins de saúde são espaços criados para auxiliarem no tratamento dos seres humanos (DOOBERT, 2010; GORSKI, 2012).

A oportunidade de contato na escola (APAE) com jardim sensorial, no qual, as crianças e jovens poderão ter contato e interagir com o ecossistema local e também de participar de atividades de plantio e cuidado com as plantas. Nesses espaços destacam-se propositalmente as plantas de colorações atrativas, aromas e texturas diversas, o contato com a terra, com os animais, com o rico sistema ambiental (animais e sons diversos), o cuidado com a terra, com as plantas, propiciando espaços educativos e instigando os cinco sentidos: tato, paladar, audição, olfato e visão.

O uso desses espaços pressupõe a interação com o professor, com os colegas e demais participantes do projeto. E essa atividade projeta-se e amplia-se também para o espaço da

horta nas famílias. Além do espaço na escola a possibilidade de em casa acompanhar e participar com os demais integrantes da família dos cuidados com a horta, possibilita a criação de rotinas e pode contribuir para sua inserção em atividades familiares. Em ambos espaços estimulando sentidos, aprendizados e interação enfim estimulando diversos aspectos cognitivos e de autonomia da pessoa humana.

O incentivo a criação de hortas nas unidades familiares e do jardim terapêutico na unidade de ensino, contribui para processos de inclusão social, proposta educacional, processos terapêuticos (GORSKI, 2012; DOOBERT, 2010; MITRIONE; LARSON, 2007) e isto, possibilita uma melhoria nas práticas alimentares das famílias e conseqüentemente contribuindo assim para melhores condições de vida.

A proposta do trabalho com espaços interacionais, que articula o ambiente natural, com saberes e fazeres sobre produção alimentar, nutrição e intensificando práticas culturais, educacionais e ecológicas estrutura-se nas seguintes estratégias teórico/metodológicas, configurando-se uma interação entre jovens universitários, estudantes da APAE e suas famílias e profissionais da APAE e da UFSC/Curitibanos, sensibilizando e incentivando as famílias para estruturação de horta familiar (organização, plantio e cuidados), desenvolvendo estratégias e orientação para implementação de sistemas de compostagem domésticos adequados às famílias, contribuindo para a implantação de uma Mandala (sensorial) na APAE utilizando plantas com funções medicinais, alimentares, aromáticas e decorativas (visando sua utilização enquanto espaço eco cultural educativo possibilitando o desenvolvimento de práticas de estímulo sensorial).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De forma geral, os projetos da horta comunitária contribuem para a melhoria da qualidade alimentar, geração de trabalho e renda de forma direta e indireta, ocupação sustentável de solos urbanos, melhoria da qualidade de vida nas cidades, promoção do direito humano à alimentação adequada e o embelezamento das cidades. A horta permite trabalhar com valores éticos, sociais, ambientais e culturais, seja através do convívio entre as pessoas ou no próprio cultivo e cuidado com o solo. A atividade coletiva e solidária contribui para transformar a maneira das pessoas pensarem, valorizar o trabalho em equipe, a solidariedade, a cooperação, desenvolvendo a criatividade e a importância dos cuidados. Nesse sentido a agricultura urbana permite aliar práticas e saberes da agricultura familiar com grupos e

peessoas que moram em áreas urbanas e sem acesso à terra para produção em escala comercializável, mas que podem produzir em pequena escala, garantindo parte de sua alimentação. Com isto, além de agregar na qualidade alimentar, observa-se que esta prática possibilita uma significativa economia mensal, gerando a produção de alimentos no próprio quintal sem uso de agrotóxicos e de maneira sustentável.

Em suma, é através do diálogo e do desenvolvimento de práticas inovadoras que se constrói um mundo melhor. Projetos como esse, contribuem para a construção de sociedades mais sustentáveis. Com potencial de serem replicados e incorporadas na sociedade. Como ensina Boaventura Sousa Santos devemos observar "o potencial emancipatório da cultura social e política de grupos sociais cuja vida cotidiana é intensificada pela necessidade de transformar estratégias de sobrevivência em fontes de inovação, de criatividade, de transgressão e de subversão" (2008, p. 193), e isso podemos observar nas práticas de agricultura urbana, o seu potencial emancipatório e inovador.

O projeto está em andamento, entre o ir e vir amadurece a reflexão do grupo sobre a interação com a comunidade local, os dilemas e desafios cotidianos do fazer extensão como prática dialógica, que vai além dos meios utilizados para ação (no caso o plantio na horta). Os resultados demonstram a complexidade e a riqueza do trabalho comunitário e a importância da universidade estar inserida na comunidade. As perspectivas abertas com a ampliação do projeto na APAE é um novo momento, promovendo diálogos e reflexões sobre famílias e alimentação saudável como direito humano básico. E pelos caminhos do projeto articulam-se os diálogos e (re) produzem saberes e culturas de trabalhar a terra, de produzir alimentos, de preparar alimentos, configurando a riqueza das Agri-Culturas alimentares.

## **AGRADECIMENTOS**

Projeto desenvolvido com apoio MC/FNDE/CAPES; UFSC/Edital Pro Bolsas-extensão. Contou com a participação de moradores do bairro São Luiz, Cáritas, APAE, Prefeitura Municipal de Curitiba, PET: Ciências Rurais, UFSC-CBS.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente & sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

BRASIL, MEC. **Programa de Educação Tutorial - PET**: Manual de orientações básicas. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/Mv5Ehi>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/consea](http://www2.planalto.gov.br/consea)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DAGNINO, R. P. **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas/SP: IG/UNICAMP, 2009.

DOBBERT, L. Y. **Áreas verdes hospitalares – percepção e conforto**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Criar cidades mais verdes**. Itália. FAO. 2012.

\_\_\_\_\_. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional em América Latina y el Caribe**: una nueva agenda de políticas públicas para superar la crisis alimentaria. Oficina Regional para America Latina y el Caribe: FAO, 2009.

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional. **Site oficial**. Disponível em <<https://fbssan.org.br>>. 2017.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/20120713PoliticaNacionaldeExtensao.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

FREDDI, S. M.; RODRIGUES, R. G.; RIBAS, C. E. D. C. Cidades produzindo alimentos: uma nova perspectiva para a Segurança e Soberania Alimentar no meio urbano. In: GARCÍA, M. D. D. et al. (Org.). **Soberanía alimentaria e agricultura ecológica Propostas de acción**. 1. ed. Vigo Espanha: Grupo de Investigación en Economía Ecológica e Agroecología, 2011, v. 1, p. 841-852.

GUIMARÃES, V. N.; HAMMES, A.; MUÑOZ, E.; SEVERO, L.; BERNARD, R. Parcerias interinstitucionais e o papel social das universidades públicas. In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. (Org.) **Educação Corporativa**: aproximações. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDONÇA, M. M. Semeando Agroecologia nas cidades. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2012.

MITRIONE, S.; LARSON, J. Healing by Design: Healing Gardens and Therapeutic Landscapes. **InformeDesign**, v. 2, n. 10, 2007.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N. et al. (Org), **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Feldaafing: DSE, 2000.

PET: Ciências Rurais. **Cartilha de Agricultura Urbana**. UFSC/Curitibanos (FNDE/CAPES). 2015.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. DOCUMENTO REFERENCIAL GERAL: Versão Final. Belo Horizonte, 2007, 89p.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

*Recebido em 09 de junho de 2017 e aceito em 11 de junho de 2017.*

## PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.

Andrei Stock <sup>1</sup>

Simone Caroline Piontkewicz <sup>2</sup>

Valmor Schiochet <sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é identificar os principais programas de apoio às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí - SC. Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo e contribuam para o desenvolvimento regional. Em relação aos programas voltados para a agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, estes, auxiliam a diminuir o êxodo rural e tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Os arranjos associativos estimulados favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo. Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, a atividade agrícola por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua.

**Palavras chave:** Políticas Públicas; Territórios Rurais; Alto Vale do Itajaí; Desenvolvimento Regional.

## GOVERNMENTAL PROGRAMS AND MAINTENANCE OF FAMILY AGRICULTURE: THE RURAL TERRITORY OF THE HIGH VALLEY OF ITAJAÍ.

**Abstract:** the objective of this study is to identify the main programs to support public policies aimed at family agriculture in the upper Vale do Itajaí - SC rural territory. Public policies that include public expenditures capable of reducing production costs and enabling the productive sector improve the structural conditions for growth and development of the local economy. The problems faced by family agriculture in Brazil and the specificities of the sector require pertinent public policies that enable small productive enterprises, promote the

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e funcionário do SENAC (Campus Rio do Sul- SC) e integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: andreistock@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e integrante do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas - NPP. E-mail: simonecarolinep@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília- UnB e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e líder do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: valmorschiochet@gmail.com

establishment of rural producers in the countryside and contribute to regional development. In relation to the programs aimed at family agriculture in the Upper Vale do Itajaí, these help to reduce the rural exodus and have a structuring effect for the planning and diversification of production, currently based on monoculture. The stimulated associative arrangements favor a change in the quality of life of the families and a social reassignment of the rural worker. Existing programs improve the process and production capacity of family farms, but there is still a long way to maintain family farming, and agricultural activity, even though it has modernized its techniques, it still remains arduous work.

**Keywords:** Public Policies; Rural Territories; Alto Vale do Itajaí; Regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção viabilizando o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (PITAGUARI; LIMA, 2005).

A estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais tem como objetivo aprimorar a gestão compartilhada do desenvolvimento sob os princípios da gestão social e tem como meta estabelecer e/ou fortalecer as instâncias territoriais para esta gestão (MDA, 2005).

O objetivo deste estudo é identificar os principais programas de apoio as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí, sua abrangência e penetração nos municípios do território. O universo desta pesquisa compreendeu o ordenamento territorial realizado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e SDT (Secretária de Desenvolvimento Territorial) compreendido pelo território rural do Alto Vale do Itajaí.

O território rural do Alto Vale do Itajaí é constituído de 32 municípios, compreendendo uma população de 299.647 habitantes, sendo 112.989 habitantes na área rural (IBGE, 2010), possui um IDH-M (Índice de desenvolvimento humano – médio) de 0,727, alto (PNUD, 2010). Trata-se de um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos

sociais que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica, fornecendo meios para o embasamento do trabalho, e documental, onde foram realizados levantamentos estatísticos de dados brutos, sobre os programas de apoio à agricultura familiar, assim como dados populacionais em diversos sites governamentais e de apoio, de reconhecida fidedignidade. Teve um caráter exploratório, buscando tornar o tema das políticas públicas para a agricultura familiar e o território rural do Alto Vale do Itajaí assuntos mais explícitos e claros, com uma abordagem quantitativa dos montantes observados, e qualitativa em relação as consequências observadas em relação aos valores levantados na pesquisa.

O artigo está, para fins metodológicos, dividido em oito capítulos, além desta introdução, o segundo capítulo faz um apanhado geral fundamentando teoricamente políticas públicas e governança no território. O terceiro capítulo traz um histórico sobre o planejamento e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, com uma explanação sobre a legislação e os principais programas de apoio a agricultura familiar. O quarto capítulo aborda a política de territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário, suas técnicas e objetivos. O quinto capítulo faz um levantamento das características espaciais, culturais, sociais, ecológicas e econômicas do território rural do Alto Vale do Itajaí sob a perspectiva da agricultura, em especial familiar. O sexto capítulo faz uma análise das políticas públicas aplicadas a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí, traz os valores aplicados em diversos programas no território e em seus municípios, contextualizando com as atividades produtivas e consequências evidenciadas. Por fim, as considerações finais onde são apresentadas as conclusões gerais do estudo e as referências bibliográficas da pesquisa.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO**

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional (BEYME, 1985).

Na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens de políticas públicas de acordo com os problemas de investigação levantados. Em primeiro lugar, podemos salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e

pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: O que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000).

A análise de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem da *policy analysis* pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987)

Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança na gestão política. Trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes. No contexto temático propõe-se entender governança como uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Paralelamente à hierarquia e ao mercado, ao novo modelo somam-se a negociação, a comunicação e a confiança. Aqui a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia. Em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação entre a área urbana e rural, com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

O território surgiu como uma nova unidade de governança, situada entre a escala local e a escala nacional, representa uma possibilidade de resposta articulada entre o setor público e a sociedade civil para enfrentar as causas do subdesenvolvimento. O desenvolvimento

territorial favorece a emergência de valores universalistas, baseados na identidade de culturas e territórios, se reforçam a coesão social, vínculos de proximidade e de solidariedade comunitárias. São viabilizados a promoção da equidade, do respeito à diversidade, da solidariedade, da Justiça social, do sentimento de pertencimento e de inclusão social (ABRAMOVAY, 2010).

É necessário encontrar um novo equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, espaciais, culturais e ecológicas. Só com a modificação do comportamento econômico, ambiental e socialmente destrutivo será possível proporcionar a todos os habitantes do planeta uma sobrevivência decente.

As mudanças fundamentais para promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentável incluem o envolvimento e participação da população rural, a descentralização, elevando o status e a capacidade de gestão das comunidades locais, o estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais e o investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais. Em uma nova visão sobre o termo, a ecologia trata da compreensão interdisciplinar, e das infinitas conexões existentes, da visão holística, de totalidade, entre as ações e reações entre os seres e a natureza. Define a ecologia como a ciência e a arte das relações e dos seres relacionados (SACHS, 1993).

O desafio colocado aos planejadores do desenvolvimento territorial consiste em trazer as reflexões e orientações utilizadas na elaboração de um projeto que envolva as dimensões econômicas, sociais, espaciais, culturais e ecológicas em ações concretas, que possibilitem um suporte para a construção de saberes passíveis de serem concretizados e competências adaptadas a tais objetivos.

### **3 O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

A agricultura familiar é caracterizada por sua produção ser orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão-de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família (ALTAFIN, 2005). Sob esta ótica, um estabelecimento familiar é ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

Abramovay (1992) ressalta três traços básicos da agricultura familiar: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família.

Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (PITAGUARI; LIMA, 2005).

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Diferentemente da situação clássica de outros países, a agricultura familiar no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. E devido a esse caráter marginal, vem encontrando dificuldades para programar um sistema produtivo sustentável no longo prazo (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

A opção adotada para delimitar o conceito de agricultura familiar, e para a adoção de políticas públicas pertinentes ao setor, está centrada na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. A delimitação legal do conceito combina critérios como: o tamanho da propriedade, predominância familiar de mão-de-obra e renda, e gestão familiar da unidade produtiva (ALTAFIN, 2005).

A legislação brasileira define a propriedade familiar como imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho,

garantindo-lhes a subsistência e progresso socioeconômico, com área máxima fixada para cada região assim como seu tipo de exploração, podendo ser, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros – Estatuto da Terra, Lei 4.504/64. Posteriormente, a Lei nº 11.326/06 caracteriza a agricultura familiar como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, onde predomina o trabalho familiar sobre a mão-de-obra total do estabelecimento. O valor da unidade “módulo fiscal” é fixado pelo INCRA, e varia de município para município, com base nos critérios do art. nº 4 do Decreto 84.685/80 (BIANCHINI, 2005).

O Projeto de Cooperação entre a FAO e o INCRA, conforme aponta Bianchini (2005) dividiu os agricultores familiares em 4 tipologias de acordo com a renda, assim representados: tipo A – agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima; tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza. A divisão por tipologia de agricultores familiares é referencial importante para a implementação de políticas públicas diferenciadas de acesso ao crédito a cada categoria. A metodologia do estudo utilizou, como principal critério de encaixe nos diferentes tipos, a relação renda total e salário com base no valor do custo de oportunidade.

### 3. 1 O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Até o início da década de 1990, não existia nenhuma política pública no Brasil, com abrangência nacional voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares.

O programa é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (DENARDI, 2001).

Foi o estudo sobre a agricultura familiar no Brasil realizado em cooperação pela FAO/INCRA que estabeleceu o conjunto de diretrizes que nortearam a formulação das políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares.

As diretrizes do Pronaf assimilaram conceitos e parâmetros do estudo FAO/INCRA, principalmente para a categorização dos agricultores familiares (BIANCHINI, 2005).

O Pronaf tem como eixos básicos: o financiamento da produção agrícola por intermédio da concessão de financiamento da produção; o financiamento de infraestrutura e serviços municipais; a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (SILVA, 2000). O eixo básico denominado financiamento da produção agrícola, que comporta os recursos para custeio e investimento da produção, está voltado ao apoio financeiro dos agricultores familiares segundo cinco categorias de beneficiários. Estas cinco categorias foram configuradas a partir da identificação dos diferentes tipos de agricultores familiares. Essa classificação diferenciada, adotada a partir de 1999, três anos após a implantação do Pronaf, permitiu que as regras fossem mais adequadas a cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam auxiliar as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

### 3. 2 O Programa de aquisição de alimentos – PAA

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um instrumento de política pública instituída pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os produtos adquiridos pela CONAB dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança ou canalizados para populações em situação de risco alimentar – geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos. Os projetos de aquisição com doação simultânea são distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes. Com isto, eleva-se o padrão nutricional e se constroem vínculos de solidariedade entre os habitantes da região.

O Programa de Aquisição de Alimentos, além de beneficiar os agricultores familiares que encontram dificuldades de escoamento de sua produção, passa a garantir sua inserção no comércio local, uma vez que eleva o poder aquisitivo dessa parcela da população rural. Denota-se ainda o aquecimento da economia dos municípios que implementam o programa (GUERRA et al., 2007).

Nesse caso, o Programa se torna um fortalecedor do mercado interno, melhora a dieta das famílias e garante a demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar. Os projetos do PAA têm a participação dos agricultores e/ou suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos etc.), contam com a participação das prefeituras e de governos estaduais.

Para Mattei (2007), além de aumentar a renda deste segmento social, o PAA melhora a condição alimentar das pessoas beneficiárias do programa que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Desta forma, este tipo de política pública busca a associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar.

### 3. 3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) não podem gastar os recursos com qualquer tipo de gênero alimentício. Devem adquirir os alimentos definidos nos cardápios do Programa, elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semielaborados e aos in natura (FNDE, 2014).

O PNAE tem propiciado a organização coletiva, sem endividamento, induzindo a melhoria dos cultivos e garantindo a segurança e renda monetária. Também tem colaborado para que os agricultores familiares diversifiquem seus cultivos e incorporem novos produtos na dieta familiar. A garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção e para a aplicação mais conscienciosa de métodos de produção mais eficazes e menos nocivos

ao meio ambiente, em virtude dos padrões de qualidade exigidos para a composição da merenda escolar.

A participação dos agricultores nos programas públicos de aquisição de alimentos incentiva a organização coletiva, como cooperativas e associações, sendo que os efeitos positivos ultrapassam os ganhos econômicos, além de ter sentido político e social bem mais abrangente. Essas novas institucionalidades (cooperativas e associações) não funcionam estritamente como empresas, pois conformam redes sociais produtivas, que permitem aos agricultores desenvolver uma percepção do caráter social do trabalho e da natureza de empreendimento coletivo que caracteriza, por exemplo, um assentamento de reforma agrária (VALADARES et al., 2012).

#### **4 A POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

A estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais tem como objetivo aprimorar a gestão compartilhada do desenvolvimento sob os princípios da gestão social e tem como meta estabelecer e/ou fortalecer as instâncias territoriais para esta gestão. Neste sentido, a estratégia de capacitação dos Atores Sociais territoriais busca fortalecer a organização destas instâncias, estimular que o núcleo de direção seja o responsável pela coordenação política e o núcleo técnico pelo apoio técnico-operacional. Esta instância torna-se o núcleo referencial no processo de construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

A centralidade do conceito de território nas políticas atuais, para Hadjimichalis (2008), caracteriza a redução de espaço a território, ao confundir enraizamento social com relações sociais localmente delimitadas. Apesar de definir múltiplas dimensões, elas só se operacionalizariam por meio de um regime uniescalar. No entendimento do MDA, a uniescalaridade do território é importante para a sua integração ao território nacional. Para tanto, nada melhor do que o ordenamento das políticas nacionais estabelecer diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas sociais provenientes dos territórios. Neste contexto, evidencia-se a importância de redefinir o papel do Estado, especialmente quanto à provisão de bens públicos, direção e regulação da economia, construção da democracia e da institucionalidade rural (MDA, 2005). É implícito aqui o regime de dividir o território nacional para melhor controlá-lo, garantindo a

territorialização do Estado, facilitando o controle dos bens públicos, da economia, da democracia e da institucionalidade.

Baseado em argumentos integralistas, a política estabelece um conceito de território no qual tudo cabe: um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005).

O que se quer mostrar que a política de territórios rurais é uma técnica apropriada pelo MDA para despolitizar o desenvolvimento, transformando-o no movimento racional do simples progresso espaço-temporal do mundo. Conforme argumenta Santos (2000) a vida assim realizada por meio dessas técnicas é, pois, cada vez menos subordinada ao aleatório e cada vez mais exige dos homens comportamentos previsíveis. Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional do mundo e também dos lugares e conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder.

As políticas territoriais tentam definir, dessa forma, uma posição de apoio ao planejamento enquanto uma tecnicidade do agir, um planejamento que ressalta a condição de disciplinar o cidadão, normatizar e padronizar a realidade, inserindo as pessoas em uma realidade que pode ser controlada pelo Estado. Este movimento é resultado da utilização de instrumentos de planejamento econômico, como é o caso das políticas de desenvolvimento territorial, que ao tentar alocar os meios de produção no território, o faz de forma tecnicista e racionalista, porém, diferente do que faz parecer, nunca de forma apolítica (SACHS, 1993).

## **5 O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

O território rural do Alto Vale do Itajaí é constituído (Figura 1), de 32 municípios, compreendendo uma população de 299.647 habitantes, sendo 112.989 habitantes na área rural (IBGE, 2010), possui um IDH-M (Índice de desenvolvimento humano – médio) de 0,727, alto (PNUD, 2010). Trata-se de um território rural, reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário brasileiro (MDA).

**Figura 1** – Principais indicadores do território rural do Alto Vale do Itajaí

<b>Indicador</b>	<b>Índice/Valor</b>
IDH -M (IDH médio dos municípios)	0,727
IDH - L (Longevidade)	0.848
IDH – E (Educação)	0,618
IDH – R (Renda)	0,735
População Total	299.647
População Urbana	186.258 (62,15%)
População Rural	112.989 (37,70%)
Território (Km quadrados)	10.698,16

Fonte: PNUD (2010); IBGE (2010).

A evolução demográfica do Alto Vale do Itajaí está diretamente ligada às investidas colonizatórias, à construção de estradas (1908 e 1911), da rede ferroviária ao ciclo da madeira. Rio do Sul, fruto da expansão de Blumenau, cresceu com a imigração das populações jovens, das comunas circunvizinhas de colonização europeia. O contingente populacional que se deslocou para a região mais Alta do Alto Vale, predominantemente composta por brasileiros. (POLEZA et al., 2014). Já as cidades de Leoberto Leal e Alfredo Wagner tiveram sua formação histórica associada aos imigrantes vindos da colônia de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e Santa Tereza (as duas últimas localizadas no que hoje pertence ao município de Águas mornas, na Grande Florianópolis).

Com relação a dimensão econômica no território rural, ao longo do tempo ocorreram ciclos econômicos ligados a diversas culturas agrícolas. Após o ápice do ciclo da madeira, na década de 50 houve o ciclo da mandioca, seguido da fumicultura e suinocultura e que foram sucedidos pela batata. A cultura da batata tinha proporcionalmente grande área plantada na década de 50 e 60. Entretanto, devido a problemas fitossanitários e a queda de preços, a cultura foi praticamente abandonada, restando atualmente pequenas áreas marginais.

Atualmente a produção é bastante diversificada, predomina a agricultura familiar, com os cultivos de milho tanto em grãos como para silagem, contendo-se no território uma bacia leiteira considerável, com destaque para o município de Presidente Getúlio. Também a rizicultura irrigada possui ampla importância para diversos municípios, com destaque para Agronômica e Mirim Doce. A fumicultura permanece presente ao longo de todo o território, assim como a suinocultura tanto de pequenos produtores (subsistência) como com a produção

integrada junto a um grande frigorífico da região. Tem se fortalecido desde a década de 80 a olericultura (cultivo de hortaliças que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos). Em especial nas cidades de Ituporanga, Alfredo Wagner, Aurora, Atalanta, Chapadão do Lageado, Leoberto Leal, Imbuia, Vidal Ramos e Petrolândia, a olericultura é baseada quase que exclusivamente na cultura da cebola.

As razões que possibilitaram o aumento de área cultivada com cebola foram várias, entre as quais se salientam a introdução de corretivos de solo e adubos de síntese industrial. A cebola que era cultivada em pequenas áreas com adubação orgânica e no sistema de rotação de culturas, teve um aumento na área média e intensificou-se o monocultivo (STOCK, 2014).

A monocultura está associada a quase totalidade das demais culturas desenvolvidas na região e, por esta maneira de produzir, diversos problemas sociais e ecológicos foram criados e amplificados no território. As adoções de muitas tecnologias ditas modernas como o uso de herbicidas e moto mecanização aumentaram significativamente a produtividade, elevando a rentabilidade e possibilitando uma concorrência do produto no mercado frente aos produtores internacionais, contudo a ciência agrônoma nas últimas décadas, com um enfoque reducionista, relegou a um plano secundário o conhecimento dos produtores e homogeneizaram as práticas agrícolas e culturas, adaptando os solos, recursos e produtores aos novos insumos e características homogêneas da lavoura. Procurou-se tornar as condições de produção iguais, usando insumos como adubos industriais e maquinaria.

A adoção de novas tecnologias teve um efeito perverso ao contribuir para a expulsão dos pequenos produtores para o meio urbano e diminuir as populações dos municípios produtores. Os investimentos necessários para permanecer em um mercado extremamente competitivo foram muito altos para diversas famílias, que sem conhecimento prático de outras culturas acabaram por abandonar o campo, indo para as cidades (STOCK, 2014).

Dentre os problemas ambientais do território, a erosão, ocasionada pelo relevo de natureza acidentada da região, aliada as pequenas propriedades, faz com que com muitas lavouras sejam implantadas em solos com grande inclinação, em áreas que anteriormente abrigavam florestas. Os solos descobertos ficam desprotegidos frente a ação do sol, chuvas e ventos, removendo a parte superficial do solo e seus nutrientes. A maioria dos agricultores não utiliza nenhuma prática para proteger os solos e na maioria das áreas cultivadas houve diminuição significativa da matéria orgânica (STOCK, 2014).

O uso de agrotóxicos, devido a problemas que incluem manipulação, dose e época de aplicação, entre outros, tem levado a um agravamento e comprometimento da saúde dos

produtores, a contaminação das nascentes e dos lençóis freáticos, a contaminação do solo, flora e fauna da região.

Nos últimos anos, empreendimentos associativos, em especial agroecológicos, na área rural, têm demonstrado potenciais tanto na área turística como na produção de alimentos. A participação de agricultores em arranjos produtivos, através de associações, cooperativas, entidades de classe dentre outras formas, possibilita que, em conjunto, agricultores familiares alcancem uma mudança de patamar na qualidade de vida, sendo socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável, espacialmente sustentável e também culturalmente sustentável. Destacam-se no território rural do Alto Vale do Itajaí a CRAVIL, Cooperativa tradicional, com sede em Rio do Sul e com cooperados nos 32 municípios; CRESOL (Cooperativa de crédito solidário), também com abrangência em todo o território; Acolhida na colônia com propriedades participantes nos municípios de Apiúna, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles, Witmarsum, Aurora, Atalanta, Rio do Sul, Agrolândia e Agronômica. Também a Rede Ecovida de Agroecologia, com propriedades certificadas nos diversos municípios. Além destes empreendimentos, existem outras pequenas associações e cooperativas que mantem como princípios a autogestão e a solidariedade entre seus membros, tradicionais da agricultura familiar.

## **6 POLITICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

O modelo catarinense de desenvolvimento é historicamente reconhecido pela peculiar distribuição espacial da população, com baixo índice de concentração fundiária e pela diversidade de atividades econômicas, com bom potencial na geração de trabalho e renda. No entanto, nas últimas décadas vem sofrendo um processo de concentração fundiária e degradação ambiental, provocando empobrecimento de setores rurais, principalmente da agricultura familiar. Diante dessa realidade devem ser valorizadas as potencialidades e especificidades do território (MDA, 2005). No território rural do Alto Vale do Itajaí o percentual é superior, chegando a 90,3% e ocupando 64,04% das áreas utilizadas para a agricultura (IBGE, 2010).

Os principais programas voltados para a agricultura familiar identificados no território foram o PRONAF com R\$ 258.714.201,30 e o PNAE, com R\$ 3.982, 382, 00 aplicados. O PAA teve um repasse de R\$ 77.978,00 oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, através de uma CPR-Doação (Cédula de Produtor Rural) emitida com vencimento em 30/12/2015 (CONAB, 2015).

Além destes programas, a CIAT, Comissão de Implantação de Ações Territoriais, viabilizou recursos para projetos em âmbito territorial.

### 6.1 Ações da CIAT (Comissão de Implantação de Ações Territoriais) no território do Alto Vale do Itajaí

A Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) foi constituída no como uma instância colegiada gestora do processo de desenvolvimento do território. Suas atribuições concentram-se no suporte político, organizacional e técnico ao Programa de Territórios Rurais, especialmente nas etapas de auto-organização do território. As suas ações devem ser pensadas dentro de uma concepção de enfoque territorial, numa visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção e tem como metas fundamentais a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça e a inclusão social, o sentimento de “pertencimento” histórico-cultural, além da gestão social e do controle sobre as políticas públicas pelos atores territoriais e sociedade civil organizada (MDA, 2005).

Com a implantação da Comissão de Implantações de Ações Territoriais alguns projetos (Figura 2), foram viabilizados através de convênios junto ao ministério do Desenvolvimento Agrário, projetos que buscaram atender a essa concepção de enfoque territorial.

**Figura 2** – Projetos viabilizados pela CIAT no território

Projetos	MDA (R\$)	Contrapartida (R\$)	Total (R\$)
Ervateira Cafuzos	67.500,00	7.500,00	75.000,00
Plantas Medicinais	105.000,00	10.000,00	115.000,00
Usina Tratamento de madeira de Salete	50.000,00	5.000,00	55.000,00
Coop. De Agricultura Familiar	47.700,00	5.300,00	53.000,00
Central Comercialização Balcão de Negócios	35.000,00	5.000,00	40.000,00

Usina Tratamento Madeira (Aurora)	50.000,00	5.000,00	55.000,00
Casa Familiar Rural	30.000,00	6.000,00	36.000,00
TOTAL	385.200,00	43.800,00	429.000,00

Fonte: MDA (2005)

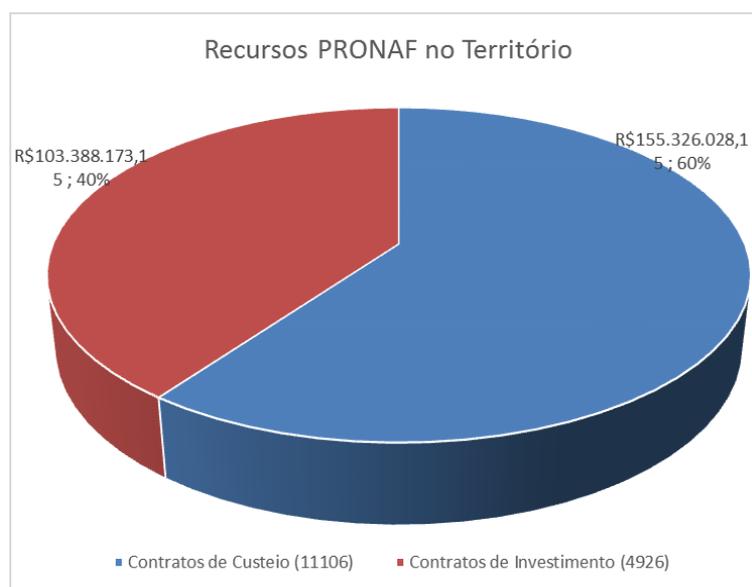
Certos projetos buscaram resolver situações locais, caso da Ervateira Cafuzos em José Boiteux. O assentamento da comunidade Cafuza, estabelecido pelo INCRA em 1993, trouxe solução para um problema enfrentado por vários anos na região. As 33 famílias cafuzas viviam dentro de uma reserva indígena, no município de José Boiteux. Para pacificar os conflitos resultantes da convivência, na mesma área, entre essas famílias e as indígenas, o INCRA/SC adquiriu uma área próxima para assentar a comunidade. A área adquirida possuía quantidade significativa de pés de erva-mate. Para aprimorar a produção, entretanto, os assentados plantaram mais 100 mil mudas, garantindo, desta forma, uma cultura que poderia sustentar a comunidade. O objetivo do empreendimento foi agregar valor ao produto.

Já as usinas de tratamento de madeira de Salete e de Aurora, buscam atender principalmente os agricultores familiares locais, que necessitem realizar o tratamento em madeiras oriundas de reflorestamento. Ambas estão operacionais

## 6. 2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Os recursos do PRONAF basicamente são divididos entre contratos de custeio e investimento. Os contratos de custeio financiam a realização das lavouras com prazo de reembolso de até três anos para custeio agrícola e de até dois anos para o custeio pecuário. De maneira geral, as culturas passíveis de financiamento no território rural do Alto Vale do Itajaí possuem prazo de reembolso de um ano, renováveis automaticamente por até cinco anos. As taxas efetivas variam de 2,5% ao ano para contratos de até R\$ 10.000,00, 4,5% ao ano, para contratos de até R\$ 30.000,00, e 5,5% ao ano em contratos de até R\$ 100.000,00, sendo este o teto para contratação por mutuário, na soma das diferentes culturas empreendidas na propriedade familiar.

**Gráfico 1 – Recursos do Pronaf no Território por tipo de contratos**



Fonte: MDA (2012)

No ano de 2012 (último ano disponível), segundo o MDA (Gráfico 1), foram R\$ 155.326.028,15 em recursos aplicados pelo PRONAF nas linhas de custeio no território rural do Alto Vale do Itajaí, foram 11.106 contratos realizados com valor médio de R\$ 13.985,78. Estes recursos reforçaram as economias dos municípios, possibilitando para os agricultores a realização da compra de insumos com juros de reposição abaixo do mercado (abaixo da inflação), e mais do que isso, reforçam a segurança das propriedades familiares por outros dois itens, Proagro e PGPAF. O Proagro é um seguro da lavoura financiada, contratado juntamente ao PRONAF com valor subsidiado, garante, em caso de correta aplicação dos recursos na lavoura, à indenização correspondente por perda em virtude de eventos naturais como granizo, seca, ou excesso de chuva, dentre outros. Já o PGPAF (Programa de garantia de preços para a Agricultura Familiar), garante um bônus de desconto ao contrato, sempre que o preço de mercado do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente.

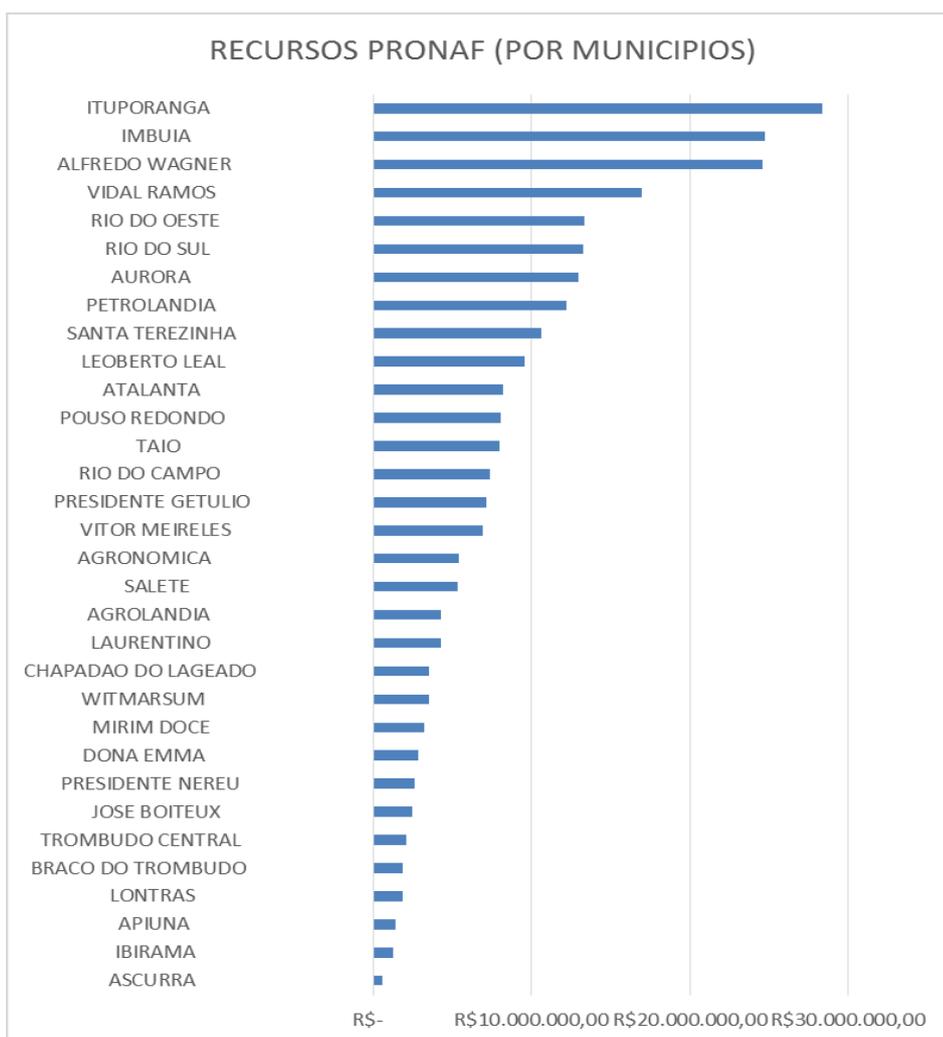
As linhas de investimento são utilizadas quando da aquisição de máquinas, equipamentos, construção de reforma de Galpões, investimentos florestais, aquisição de animais (como vacas de leite), possuem a mesma dinâmica atualmente quanto as taxas dos contratos de custeio. Os prazos de reposição são de até 10 anos, com teto de R\$ 150.000,00 por beneficiário, a exceção fica por conta das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura, que possui teto de R\$ 300.000,00 por beneficiário.

Segundo o MDA (2012), o saldo das operações de PRONAF investimento no território Rural do Alto Vale do Itajaí era de R\$ 103.388, 173, 15, com valor médio de R\$ 20.988,26 por operação nos 4926 contratos realizados.

Esses recursos tanto circulam pela economia do próprio território, através da produção de bens pela indústria local, como pode também auxiliar na dinâmica econômica nacional, através do incentivo à produção de máquinas e equipamentos produzidos nos mais diversos polos, que tem como mercado a Agricultura familiar.

Chama a atenção para o PRONAF na modalidade investimento, a possibilidade de adequação da estrutura produtiva das propriedades familiares com a adoção de novas tecnologias. A impossibilidade da adoção destas nas décadas de 80 e 90 teve um efeito perverso ao contribuir para a expulsão dos agricultores do campo e iniciando um movimento de êxodo rural mais acentuado no território.

**Gráfico 2 – Recursos do Pronaf (por municípios do território)**



Fonte: MDA, (2012)

Quanto a divisão da utilização dos recursos por parte dos municípios do território (Gráfico 2), fica claro a maior utilização no âmbito geral dos agricultores familiares que trabalham com a Olericultura onde o monocultivo de cebola é preponderante. 54% do volume aplicado de recursos foram destinados a estes municípios, sendo que 30% ficou com os três principais produtores, Ituporanga, Imbuia e Alfredo Wagner. O maior valor de recursos PRONAF “per capita” foi registrado na cidade de Imbuia, com R\$ 7.740,61 de recursos médios por habitante na área rural da cidade. O menor na cidade de Apiúna com R\$ 268,19. De maneira geral, a média é de R\$ 2.224,82 por habitante da área rural.

### 6.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE, embora não tenha a envergadura do PRONAF, tanto em alcance de público como em valores financeiros, tem contribuído no desenvolvimento sustentável do território rural do Alto Vale do Itajaí.

O programa propicia uma mudança na estrutura produtiva de muitas propriedades através da organização coletiva em empreendimentos de economia solidária, onde a característica de autogestão estabelecida na agricultura familiar é preponderante. A garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção.

Também fica evidente uma mudança da agricultura convencional, baseada no uso de agrotóxicos, para uma agricultura agroecológica nas propriedades.

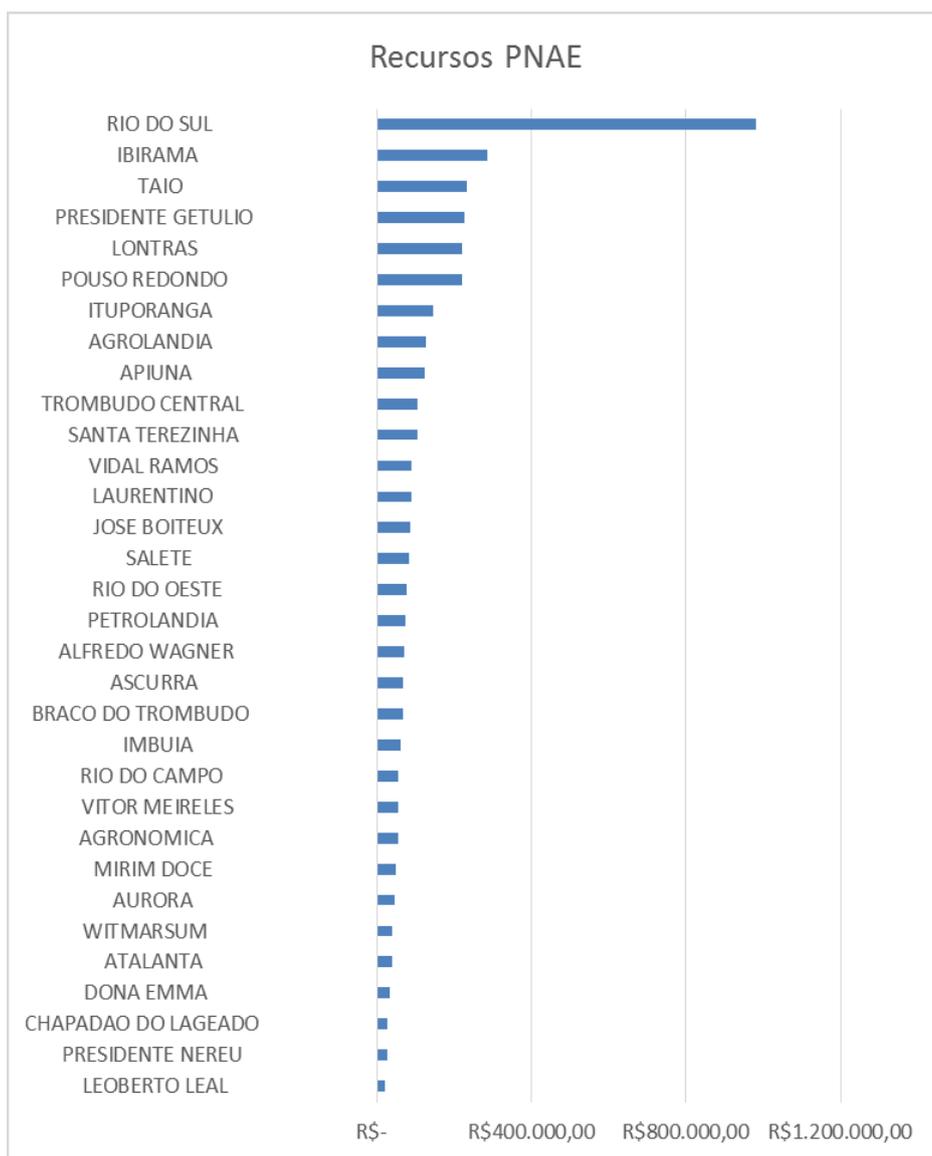
A agroecologia propõe uma relação homem-natureza que respeite minimamente os tempos e as lógicas naturais e uma relação homem x homem que supere a opressão e a marginalização, além de uma economia que se baseie muito mais na satisfação das necessidades individuais e sociais do que no lucro (MARTINS, 2014).

Esta nova maneira de produzir, necessária para atingir os padrões de qualidade e requisitos da merenda escolar tem colaborado para que os agricultores familiares diversifiquem seus cultivos e incorporem novos produtos na dieta familiar.

Quanto aos recursos utilizados do PNAE (Gráfico 3) o destaque é a cidade de Rio do Sul, já a cidade que menos recursos utilizou foi Leoberto Leal. Diversas variáveis contribuem

para a constituição destes números, desde o número de estabelecimentos de ensino (Rio do Sul possui uma rede escolar muito mais ampla), até a questão de organização dos próprios agricultores em cooperativas e associações, e sua adequação aos requisitos exigidos para os alimentos da merenda escolar.

**Gráfico 3 – Recursos do PNAE (por municípios do território)**



Fonte: FNDE (2014)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi fazer uma análise dos principais programas de apoio às políticas públicas de inserção produtiva, voltadas para a agricultura familiar,

desenvolvidos no território rural do Alto Vale do Itajaí, sua abrangência e penetração. O universo desta pesquisa compreendeu o ordenamento territorial realizado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) composto pelos seus 32 municípios.

A análise compreendeu um levantamento de informações do território, suas questões espaciais, culturais, econômicas, sociais, ecológicas e as informações relacionadas aos programas voltados para a agricultura familiar.

Sobre a política dos territórios rurais, esta vem “de cima para baixo”, em vez de considerar outros recortes espaciais já existentes no Estado. Não foram observados programas específicos para o território apenas a replicação daqueles já existentes em âmbito geral. A exceção fica por conta dos recursos de projetos viabilizados pela CIAT, que se mostraram irrelevantes tendo em vista a abrangência dos demais programas.

O território possui um IDH médio de 0,727 alto, contudo apresenta grandes diferenças entre os municípios. O município de Rio do Sul ostenta o IDH mais alto, 0,802 (muito alto), enquanto o município de Alfredo Wagner possui o IDH mais baixo, (0,668 baixo). Ao analisarmos a relação entre os recursos aplicados através dos programas e a relação existente com os indicadores de desenvolvimento humano, veremos que não necessariamente mais recursos representam índices de desenvolvimento melhores. Em relação aos programas, não devemos nos ater a visões simplistas. O Pronaf representa o que de melhor foi feito para diminuir o êxodo rural, possibilitando aos agricultores reorganizar-se produtivamente através das linhas de crédito investimento, e através das linhas de custeio possibilitou não só com que os agricultores elaborem financeiramente suas lavouras dentro dos padrões necessários, mas também a segurança do seguro agrícola e da garantia de preços do PGPAF.

A abordagem do PNAE traz novas possibilidades para a reestruturação produtiva, com a garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores rurais em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Também os arranjos associativos que o programa tem possibilitado, favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo quando o que este produz é consumido por seus próprios filhos nas escolas.

Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, a

atividade agrícola por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua. Com as mudanças climáticas, tem sido cada vez mais incerto o resultado do esforço dos agricultores e sua garantia de renda para manutenção de seu modo de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED/SECCO, 2010, p. 27-47.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BEYME, K. V. Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): **Policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985, p.7-29.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (PAA) – Evolução das operações. In: **Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: Conab, 2009.

\_\_\_\_\_. **Transparência pública do PAA: Programa de aquisição de alimentos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/bqTijx>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

FREY, K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília/IPEA, n. 21, p.211-259, 2000.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/3S3Se1>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

GUERRA, A.C.; et al. **Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção**. Anais Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/hi1aVC>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

HADJIMICHALIS, C. Factores no económicos en la geografía económica y en el “nuevo regionalismo”. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Orgs.). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 247-265.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Seminário: **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: Novo modelo regulatório para relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n. 40, p. 479-499, 2006.

MARTINS, J. **Pedagogias Agrícolas: continuidades e rupturas. Uma abordagem educacional sobre transições agroecológicas**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2013.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico de crédito Rural**. Atividade e Finalidade PRONAF. Brasília, 2012. PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005.

POLEZA, M. M.; BUTZKE, L.; RISCHBIETER, I. K.. Desenvolvimento Territorial Sustentável e turismo no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina: o associativismo municipal no Projeto Tremtur. In: Ivo Marcos Theis. (Org.). **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina**. 1ed. Blumenau: Edifurb, 2014, p.143-158.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH**. Brasília, 2010. Disponível em: ><http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> <Acesso em: 30 jan. 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, E. R. A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**. Brasília, 2000.  
Disponível em: > <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br> <Acesso em: 30 jan. 2016.

STOCK, A. **Olericultura no Alto Vale do Itajaí: Impactos da Atividade naquele espaço geográfico**. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Globalização em Tempos de Regionalização e Repercussões no Território. Anais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p 6-12, 2015.

VALADARES, A. A.; et al. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2012, p. 259-286.

WINDHOFF-HÉRITIER, A. **Policy-Analyse: eine Einführung**. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

*Recebido em 27 de junho de 2017 e aceito em 28 de junho de 2017.*